



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

GEOVANNA BEATRIZ LOPES

**ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL**  
HISTÓRIA DO PARANÁ NO CURRÍCULO DA REDE  
ESTADUAL PARANAENSE

---

Londrina  
2021

GEOVANNA BEATRIZ LOPES

**ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL**  
**HISTÓRIA DO PARANÁ NO CURRÍCULO DA REDE**  
**ESTADUAL PARANAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual de Londrina - UEL, como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Me. Julho Zamariam

Londrina  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Lopes, Geovanna Beatriz.

Ensino de história regional : História do Paraná no currículo da rede estadual paranaense / Geovanna Beatriz Lopes. - Londrina, 2021.  
60 f.

Orientador: Julho Zamariam.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Graduação em História, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Ensino de história - TCC. 2. História Regional - TCC. 3. História do Paraná - TCC. 4. Currículo - TCC. I. Zamariam, Julho. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Graduação em História. III. Título.

CDU 93

GEOVANNA BEATRIZ LOPES

**ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL**

**HISTÓRIA DO PARANÁ NO CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL  
PARANAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Estadual de  
Londrina - UEL, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Licenciado em História.

Prof. Me. Julho Zamariam

---

Prof. Orientador  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Cristiano Gustavo Biazso Simon

---

Prof. Membro 2  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiúza

---

Prof. Membro 3  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 06 de Maio de 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço e dedico este trabalho aos seguintes:

À minha família, em especial, ao meu pai e a minha mãe, que não mediram esforços para me ajudar durante esta jornada. Por terem me incentivado desde pequena a seguir e se apaixonar pelo mundo das palavras, por terem me ensinado que mudar e acreditar, acima de tudo, começa pela vontade de questionar e de refletir.

Aos meus amigos e colegas, de vida e de Universidade, que muitas vezes tornaram situações e problemas em objetos de aprendizado e de riso, mas nunca se precipitaram em me fazer desistir.

Ao meu companheiro que incentivou a continuidade na graduação, bem como me ajudou a acreditar e lutar em busca de meus sonhos.

E a todos os meus professores que durante toda a minha trajetória como estudante e graduanda, contribuíram com seus conhecimentos, para que eu me tornasse além de uma profissional da educação, uma pessoa com consciência histórica e humana.

Sou o que sou hoje, graças a contribuição mínima ou não, de cada um.

Ninguém nasce feito, é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos.  
**Paulo Freire.**

LOPES, Geovanna Beatriz. **Ensino de História Regional**: história do Paraná no currículo da rede estadual paranaense. 2021. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho busca analisar como as temáticas relacionadas à História Regional são apresentadas no Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), considerando a importância da diversidade histórica para a sociedade e formação histórica e identitária dos alunos, através das possibilidades de diálogo com a temática regional dentro do ensino de História, muitas vezes limitado pelo desenvolvimento de uma valorização de temáticas nacionais. Analisando as práticas de ensino de História Regional, delimitado pelo objeto da História do Paraná, através do levantamento bibliográfico e da pesquisa qualitativa, os objetivos específicos identificados dentro do currículo para os anos finais do ensino fundamental de acordo com o estudo, apresentaram discussões pertinentes para o desenvolvimento da problemática do trabalho, considerando os conteúdos e temas diversificados que retratam a História do Paraná. No entanto, alguns objetivos apresentaram abordagens errôneas, deslocamentos em relação às unidades temáticas de ensino e inexistência de outras temáticas convenientes, que podem contribuir de forma irrelevante na construção da identidade e formação histórica dos alunos, sendo prejudicial tanto na aprendizagem como no processo de trabalho do docente.

**Palavras-chave:** História. Ensino. Regional. Currículo. Paraná.

LOPES, Geovanna Beatriz. **Regional history teaching**: história do Paraná no currículo da rede estadual paranaense. 2021. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso em História –Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021

### **ABSTRACT**

The objective of this work is to analyze how the themes related to Regional History are presented in the Curriculum of the Paraná State Network (CREP), considering the importance of historical diversity for society and the historical and identity formation of students, through the possibilities of dialogue with the regional theme within History teaching, often limited by the development of an appreciation of national themes. Analyzing the teaching practices of Regional History, delimited by the object of the History of Paraná, through the bibliographic survey and qualitative research, the specific objectives identified within the curriculum for the final years of elementary school, according to the study, presented pertinent discussions for the development of the work problem, considering the diverse contents and themes that portray the History of Paraná. However, some objectives presented erroneous approaches, misconceptions in relation to the thematic teaching units and the absence of other convenient themes, which can contribute irrelevantly to the construction of the students' historical identity and formation, being detrimental both in learning and in the work process of the teacher.

**Key-words:** History. Teaching. Regional. Curriculum. Parana.



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Estruturação do código do CREP .....	25
<b>Tabela 2</b> – Denominações das mudanças .....	25
<b>Tabela 3</b> – Objetivos específicos identificados para o 6º ano .....	28
<b>Tabela 4</b> – Objetivos específicos identificados para o 7º ano .....	31
<b>Tabela 5</b> – Objetivos específicos identificados para o 8º ano .....	34
<b>Tabela 6</b> – Objetivos específicos identificados para o 9º ano .....	43

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CREP	Currículo da Rede Estadual Paranaense
BNCC	Base Nacional Comum Curricular

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>14</b>
2.1	A RENOVAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA NO SÉCULO XX E A INTRODUÇÃO DA HISTÓRIA REGIONAL.....	14
2.2	HISTÓRICO DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL E A HISTÓRIA REGIONAL NA ATUALIDADE .....	19
2.3	HISTÓRIA REGIONAL E O COMPONENTE CURRICULAR DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II NO CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE.....	24
2.4	A TEMÁTICA DA HISTÓRIA DO PARANÁ NO CREP PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II .	28
2.4.1	6º Ano .....	28
2.4.2	7º Ano .....	31
2.4.3	8º Ano .....	33
2.4.4	9º Ano .....	42
<b>3</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho com a temática da História Regional se apresenta como fundamental na formação de um sujeito histórico, de forma complementar ao ensino de História, não se isolando a meros fatos e datas diante dos acontecimentos históricos que se fazem presente na constituição do componente curricular e disciplinar. De tal modo, o intuito de analisar a temática da História Regional e as manifestações da História do Paraná no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental, elencado pelo CREP- Currículo da Rede Estadual Paranaense, considera a importância da História Regional na formação dos alunos, no que concerne à ampliação do entendimento da História, interligando o local/regional com o total, bem como o estabelecimento de uma construção da valorização das vivências e identidades dos alunos. Diante das colocações prévias acerca dos objetivos e suas composições fundamentais, que são retratadas no documento do CREP, busca-se analisar e compreender os objetivos elencados e como que ambos podem contribuir e complementar uma temática regionalista dentro do ensino de História.

Para compreender a temática e as discussões levantadas, o recorte específico se deu pelo objeto de estudo da História do Paraná e como que essa se faz presente dentro do Currículo da Rede Estadual Paranaense – CREP. Esse documento foi elaborado pelo Governo do Estado do Paraná, no ano de 2019, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, apresentada pelo Governo Federal em sua versão final no ano de 2018. O CREP tem o intuito de fornecer e direcionar aportes às escolas municipais e estaduais paranaenses na revisão e elaboração dos currículos e, aos professores, apontamentos para a elaboração dos planos de aulas.

Numa proposta de pesquisa qualitativa, foi realizada a análise documental e os levantamentos bibliográficos para discussão dos objetivos presentes nesse documento, sendo ambos identificados através da ótica do objeto de estudo elencado, ou seja, a presença da História do Paraná em complemento a uma História Regional dentro do ensino de História.

A justificativa desse tema procura demonstrar a importância da diversidade histórica para a sociedade, considerando que existe uma carência no ensino sobre a História paranaense nas salas de aula, prevalecendo na maioria das vezes pelo desenvolvimento e aprofundamento de uma História que preze pela formação patriota dos sujeitos, essa quase sempre permeada pela valorização do nacional, esquecendo

das possibilidades de diálogo com as demais temáticas, essas marcadas pelas denominações locais e regionais, tornando-se alheias dentro de um mesmo todo.

Reforça-se que o ensino de História deve ser mediado por uma prática reflexiva, crítica e transformadora, atrelado a necessidade de debater a importância da história regional na sala de aula na formação dos alunos, tal como nos é apresentado por Silva (2013, p. 4):

nota-se o quanto é importante abordar em sala de aula temas relacionados a essa concepção historiográfica, uma vez que os livros didáticos e módulos privilegiam apenas um tipo de conhecimento histórico, universalizado em temas de História Geral e do Brasil, muitas vezes sem significado para os alunos.

O tema da História Regional do Paraná foi escolhido por interesse e identificação ao estudo da temática, visando a formação discente de história fundamentada pelas legalidades e a importância do tema no currículo de caráter estadual, elencando como esses conteúdos devem se apresentar e direcionar o desenvolvimento do ensino de História nas salas de aula.

O trabalho organiza-se em duas etapas, sendo a primeira direcionada para uma discussão teórica acerca da introdução da História Regional no campo da historiografia na segunda metade do século XX, sendo esse campo de análise preparado pelas renovações historiográficas da Escola dos Annales, que questionava e buscava rompimentos com o tradicionalismo que se permeava no viés positivista de análise e constituição da História. Se fez pertinente discutir paralelo a essas modificações historiográficas, o histórico do ensino de História no Brasil, procurando denotar os aspectos tradicionalistas que se fizeram e que, infelizmente, ainda se fazem presentes em determinadas concepções de ensino e estudo de História no país. Essa discussão se faz fundamental, considerando que as constituições das bases para o ensino de História, bem como a própria educação em si, são permeadas por diretrizes historiográficas das correntes históricas, cada qual com seus ideais e defensores.

A segunda etapa do trabalho consiste em identificar quais são os conteúdos sobre a temática da História do Paraná voltado para o tema da História Regional, que se fazem presentes dentro do CREP - Currículo da Rede Estadual Paranaense. Delimitando as séries dos anos finais do Ensino Fundamental, sendo do 6º ano ao 9º ano, procura-se analisar como esses conteúdos se constituem dentro dos objetivos

definidos, como se permeiam na possibilidade de um trabalho com a História Regional e, como se apresentam, de forma complementar a um ensino de História ou deslocado dos conteúdos que definem uma História Total. Compreendendo quais são as discussões que interligam a concepção de estudar o passado para compreender o presente, e, principalmente, a premissa da importância de um ensino que valorize a História e cultura regional. Para que não se tenha uma perda da consciência e identidade histórica do indivíduo que está inserido em determinada localidade, se faz fundamental a História Local e Regional, pois se permeia em um ensino que busca a valorização do micro, e que muitas das vezes as aulas de História se preocupam com o macro, ou seja, um ensino da História do Brasil em um viés total e apenas esse.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A RENOVAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA NO SÉCULO XX E A INTRODUÇÃO DA HISTÓRIA REGIONAL

No ano de 1929 na França, surgiu a revista *Annales d' Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, com o intuito de romper o tradicionalismo decorrente de uma história positivista. Nessa última, com a concepção de neutralidade, a história era retratada no viés da realidade, demonstrando os fatos sem uma análise dos mesmos, procurando descrever os fatos como supostamente tinham acontecido, através de fontes escritas e oficiais.

Através do surgimento da revista que se tornou símbolo da corrente historiográfica conhecida como Escola dos Annales, intercede-se uma ampliação e uma renovação na historiografia existente. Conhecido por introduzir o que se conhece por *La Nouvelle Histoire*, o movimento francês tinha como integrantes Emmanuel Le Roy Ladurie, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff, Lucien Febvre e Marc Bloch, dentre outros representantes.

O movimento dos Annales é dividido em três gerações, sendo a primeira representada por Lucien Febvre e Marc Bloch, onde “caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos” (BURKE, 1992, p. 06). Nesse momento, começam-se os questionamentos sobre a historiografia positivista, despontando contribuições para uma nova abordagem historiográfica. Febvre com o ensaio “*O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais*” de 1942, se constituiu, nas palavras de Barros (2010, p. 10), “como um verdadeiro modelo para a História-Problema com a qual os primeiros *annalistas* buscaram se confrontar contra os modelos historiográficos factuais”.

No caso de Marc Bloch, sua contribuição se dará pela História Comparada, com a obra “*Os Reis Taumaturgos*” de 1924, analisando a dinastia Capetíngia e Plantageneta da França e da Inglaterra, dispendo-se em compreender a constituição do poder Taumatúrgico dos reis na cura das escrófulas. Essa obra trará uma contribuição que será enfatizada a partir da década de 1960, como História das Mentalidades, porém, para Bloch seu ensaio seria uma contribuição para a História

Política, sobre como poderia se estabelecer um poder a partir de práticas e de representações coletivas.

como Febvre, Bloch pensava no tema sob a perspectiva de uma história-problema. Num estudo de caráter regional, aprofundou-se tanto a ponto de pôr em questão a própria noção de região, argumentando que esta dependia do problema que se tinha em mente (BURKE, 1992, p. 18).

A segunda geração dos Annales entre os anos de 1946 a 1968, é a

que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel (BURKE, 1992, p. 06).

O autor esteve na liderança entre os anos 1956 e 1969, com o trabalho mais notável em que discute o conceito de Longa duração e as formas em que há as interações entre os compassos históricos, discutido na sua tese de doutorado com o nome de *“La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II”*, na qual irá apresentar aquilo que denomina como a dialética das durações.

Braudel também ambicionava uma concepção da História Total, que se delimita em articular as três durações estabelecidas ou a dialética das durações – curta, média e longa. A História Total se refere às interligações existentes dentro de um espaço, intermediada através das relações sociais, culturais, econômicas, políticas, entre outros fatores que consolidam a estrutura pertinente de uma sociedade. Entretanto, essa denominação de uma História do todo, surgirá com outras expressões, como por exemplo, na releitura que será realizada pela terceira geração dos Annales, se referindo a esse conceito como a “história de tudo”, estabelecendo a compreensão de que a história em si, pode e deve estudar os objetos e fatos que constituíram o passado e que constituem o presente.

A terceira geração dos Annales,

é profundamente marcada pela fragmentação [...] nos últimos vinte anos, porém, alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros estão redescobrimo a história política e mesmo a narrativa (BURKE, 1992, p. 06).

Essa fase iniciada no ano de 1968 possui controvérsias, visto que alguns não consideram uma nova fase propriamente dita dos Annales, mas sim uma nova forma de se realizar uma historiografia, enquanto outros se referem como uma fase do movimento que marcou o século XX. A introdução dessa nova etapa se dá em um



momento de movimentos sociais e políticos da contemporaneidade, de acontecimentos marcantes que assinalaram a constituição de um tempo de mudanças e rupturas. Mediante o contexto histórico vivenciado pela década de 1960, a historiografia é influenciada e modificada por esses inúmeros fatores, e ao contrário das duas gerações anteriores dos Annales que obtiveram nome de destaque em suas constituições, a terceira geração se dará pela incorporação de inúmeros trabalhos realizados por vários nomes.

Ao contrário de Burke (1992), Corrêa (2012, p. 13), demonstra a perspectiva apresentada por José Carlos Reis em relação à segunda e a terceira geração dos Annales, afirmando que

na segunda geração, de Braudel, ainda que sob influência do estruturalismo, pensava-se em uma história global. A geração de Braudel esperava uma integração estrutural de estruturas desarticuladas em ritmos, tempos e espaços diferentes (Ibidem, p.79s). A terceira geração dos Annales pode ser classificada como pós-estruturalista, mas de forma impura. É essa geração que, influenciada pela antropologia, vai preferir “mundos históricos micro” (Ibidem, p.80).

Atentar-nos-emos em específico, para a terceira geração dos Annales, que como apresentado acima, acaba por preferir mundos históricos micro. O que constitui preferencialmente a temática da História Regional e a sua vinculação com os Annales.

Sabe-se que a ótica regional dentro de uma perspectiva histórica, permite compreender características que raramente são abordadas dentro de uma esfera global, e de acordo com Fiore (2013, p. 02) ao adentrar na temática da “História Regional estamos tratando da abordagem historiográfica que trata de uma pesquisa que até pouco tempo atrás era sinônimo de algo menor em relação às abordagens que supostamente abarcavam o nacional”.

Quando se fala em História Regional e Micro História, muitas vezes esses termos são confundidos, mesmo sendo completamente distintos entre si. O que diferencia ambos, nas palavras de Barros (2004), é a relação à comparação, já que a História Regional procura estudar “a realidade *micro localizada* por ela mesma”, enquanto que a Micro História reduz a escala de observação com a finalidade de compreender aspectos que passariam despercebidos de outra maneira.

A História Local — ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico — surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das dimensões nacionais (BARROS, 2006, p. 470).

Em muitos momentos é possível encontrar uma estreita relação entre a História Regional e a História Local, sendo compreendidas como iguais, porém, apenas estão relacionadas entre si, pois ao trabalhar com o local é necessário relacioná-lo com o regional, o que os difere, é o fato do recorte feito pela história regional ser um recorte maior do que o da local, porém ambas necessitam de uma abordagem distinta daquela feita ao trabalhar com o nacional (JUNGBLUT, 2011).

Sobre os apontamentos históricos, a História Local pode ser dividida entre História Local Tradicional e História Local Nova. No que concerne à tradicional, os estudos sobre a historiografia regional se detêm no século XVIII, na França e na Itália, dentre outros países, onde a “história da sociedade”, escrita por alguns intelectuais, como denomina Burke (1992), não se limitava apenas à guerra ou a política, mas sim com as leis, a moral e os costumes.

A História Local Nova, surge entre os anos de 1950 e 1970, quando ocorre uma renovação metodológica nas práticas historiográficas sobre regiões e localidades, principalmente na França, Inglaterra e Itália,

podemos definir a História Local Nova como uma prática historiográfica que tem por objetivo o estudo do local. Entende-se como local um lugarejo, aldeia, vila e cidade. As metodologias de pesquisa são herdadas das abordagens construídas pela Escola dos Annales utilizadas na História Regional (CORRÊA, 2012, p. 19).

Na Itália, a partir de meados de 1970, com a grande influência dos Annales na historiografia italiana, a História Local Nova, evolui para o que se denomina de micro História, deixando “de ter na ‘delimitação espacial’ seu objeto de estudo e passa a se preocupar com problemas gerais da historiografia utilizando-se da redução de escala, ou seja, ‘pensar a partir da amostra’” (CORRÊA, 2012, p. 21).

É notável que a História Local e a Micro História surgiram e evoluíram em decorrência das novas ideias que se permeavam na Europa, principalmente em decorrência dos movimentos da Escola dos Annales, rompendo com os estigmas de uma história totalizante e global. Enquanto a História Local Nova se utilizava da escala como fim, a Micro História a utiliza como meio. O objeto de estudo do micro historiador pode se deter sobre uma prática social específica, atores sociais, núcleo de representações, ou outro aspecto que se relaciona aos problemas sociais ou culturais que o historiador se propõe analisar, tal como apresentado por Barros (2004).

No Brasil, os movimentos dessa nova corrente historiográfica, mais especificamente da História Regional, começaram por volta de 1970, que como coloca

Corrêa (2012), houve um embaralhamento entre o regional e o nacional, iniciados pelas pesquisas da USP – Universidade de São Paulo, que generalizam para todo o país as características apresentadas nas pesquisas sobre o Estado de São Paulo e da região Sudeste, também conhecido por “Modelo Paulista”, segundo Martins (s.d, p.18 apud Corrêa, 2012, p. 13).

A partir da década de 1980, houve um grande interesse por parte da pesquisa histórica das universidades, pelo tema da História Regional e Local, procurando dar ênfase em aspectos que, anteriormente, não eram considerados na perspectiva de uma história total e geral do Brasil. Sabe-se que o simples reducionismo dos acontecimentos, tal como apresentado pelos ideais positivistas, não condizem mais com a realidade acadêmica, porém ainda “há no senso comum, a ideia de que a História acontece apenas nas grandes cidades e com personalidades políticas” (GUILHERME, 2012, p. 120).

Sendo uma abordagem dentro da historiografia, quando se remete à História Regional, principalmente ao que concerne à sua delimitação de estudo

quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não está necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (BARROS, 2004, p. 152-153).

Dessa forma, o recorte estabelecido não se limita apenas a conceitos estáticos e delimitados, mas à uma ampla gama que permitem a problematização histórica que o historiador deseja desenvolver. Entretanto, quando se estabelece uma relação da História total com a História Regional, busca-se ampliar as contribuições do entendimento de ambas, seja para o fazer historiográfico, seja para as metodologias de ensino da disciplina histórica. Haja visto que o estabelecimento de uma construção da valorização das múltiplas identidades e olhares que constituem a História, não se deve permear por uma concepção homogeneizadora e tradicional, muito menos por uma denominação reducionista, pois, “para que a pesquisa em história regional não se torne sinônimo de bairrismo, é preciso debatê-la, o máximo possível, com a história geral do Brasil” (GUILHERME, 2012, p. 128).

Dada essa premissa, o campo historiográfico alargado pela Escola dos Annales, principalmente, pela Terceira Geração, permite a compreensão e inclusão dessa temática não apenas restrita à historiografia, mas para as metodologias de

ensino da própria disciplina escolar de História.

## 2.2 HISTÓRICO DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL E A HISTÓRIA REGIONAL NA ATUALIDADE

Quando nos referimos ao ensino de História, se sobrepõe a concepção do senso comum de que a disciplina se ocupa de ensinar os fatos históricos, heróis nacionais e a história de um país, resumindo-se sempre ao passado. Essa visão da História é decorrente ainda da forte presença da concepção tradicional nas salas de aulas, defendida por inúmeros partícipes da sociedade que não compreendem a História enquanto uma ferramenta de experiência e de percepção da realidade a qual vivenciam.

A História existe entre passado e presente, pois aquele que estuda um determinado momento do passado e o interpreta, se constitui como um sujeito do tempo presente. Dessa forma, o fazer-histórico se encontra balanceado pelo objeto de estudo e pela explicação metodológica, sendo que:

A representação do passado e do que consideramos importante representar é um processo constante de mudança. Se a memória muda sobre fatos concretos e protagonizados por nós, também muda para fatos mais amplos. A História está envolvida em um fazer orgânico: é viva e mutável (KARNAL, 2004, p. 8).

Diante do exposto acima, compreende-se que a História está passível de mudanças, seja pelo objeto que a representa, seja pelo sujeito que a estuda. Dessa maneira, a metodologia do ensino de História se modifica, conforme a historiografia, visto que ambas acompanham a evolução das sociedades e, conseqüentemente, das mentalidades existentes.

A constituição do ensino de História na trajetória brasileira, como a educação em si, é permeada pelas diretrizes oriundas das correntes históricas, seus ideais e defensores, e, quase sempre se manteve orientada por concepções tradicionalistas de ensino, aliada aos movimentos políticos dominantes de cada período. Com o viés renovador introduzido a partir da década de 1980, a elaboração de uma educação histórica e transformadora se estruturou na percepção de um cidadão crítico, questionador e reflexivo, procurando um diálogo com o ensino com instrumentos que almejassem essa construção, bem como a introdução de novas abordagens e metodologias, como a História Regional.

Inicialmente, a primeira estrutura pedagógica foi denominada como pedagogia Brasílica, estabelecida pelos jesuítas com os princípios morais do cristianismo, seguida pelo *Ratio Studiorum* ou “conhecido na modernidade como pedagogia tradicional” (SAVIANI, 2013, p. 58). No ano de 1759, a Reforma Pombalina expulsou os Jesuítas defendendo uma educação laica pautada no Iluminismo lusitano, estabelecendo o que considerava como aulas régias, que compreendia o estudo das Humanidades sendo orientadas pelo Estado e não mais pela Igreja.

No Período Imperial, o método que predominava foi o chamado lancasteriano ou também conhecido como ensino mútuo, que estava em consonância com os espíritos da época, “com a qual se esperava acelerar a difusão do ensino atingindo rapidamente e a baixo custo grande número de alunos” (SAVIANI, 2013, p. 128), o método consistia em se utilizar dos alunos adiantados como monitores do professor em classes com grande número de alunos, buscando, segundo Saviani (idem), correlacionar o método de ensino e de disciplinamento a fim de os equacionar.

Foi através do Regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro II que houve a instituição dos estudos históricos nos currículos. Porém, o processo de construção enquanto disciplina e sua consolidação só virá ocorrer na segunda metade do século XIX, “no próprio movimento de construção e consolidação do Estado Nacional, no qual se destacam os embates entre monarquistas e republicanos e a necessidade de definição de uma identidade nacional” (SCHIMDT, 2011, p. 130).

No período da Primeira República, com o país envolto em concepções liberais, o método intuitivo ou lições de coisas, ganha deferência. Com a finalidade de resolver a ineficiência do ensino, principalmente diante das novas concepções oriundas da Revolução Industrial, o método intuitivo partia da percepção e da observação do aluno, que “viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método do ensino” (SAVIANI, 2013, p. 138). Nesse mesmo cenário, a História ganha importância, pela capacidade de ser uma ferramenta que definisse um tipo de cidadão, processo esse que virá a ser enfatizado na Revolução de 1930, para a importância de se moldar um cidadão e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento da nação.

Em decorrência do que foi exposto, é necessário reforçar que

O tradicionalismo, porém, não estava presente apenas no trabalho dos jesuítas, mas em outras correntes que fundamentavam sua instrução educativa, feita estritamente por um agente externo, na transmissão do conhecimento como verdades acabadas e em uma didática que primava pelo desenvolvimento de passos formais e por uma rígida

estruturação desses conhecimentos (PAIVA, 2015, p. 202).

O ensino de História se constituiu em consonância com os métodos de ensino estabelecidos ao longo da educação brasileira, sendo que na chamada “pedagogia tradicional, verifica-se o primado das verdades acumuladas pela humanidade, mesmo que, em muitos casos, desprovidas de significados sociais” (PAIVA, 2015, p. 202).

A partir da década de 1930, o movimento da Escola Nova ganha destaque, porém, Saviani (2013) nos apresenta que houve um equilíbrio entre o tradicional e o que se denominava pedagogia nova, decorrência da aliança predominante, inicialmente, com a Igreja Católica, árdua defensora do ensino tradicional e que detinha com o Decreto n. 19.941 de 30 de abril de 1931, o ensino religioso estabelecido nas escolas públicas. A ruptura dessa aliança, entre escolanovistas e católicos se deu a partir do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, decorrente da IV Conferência Nacional de Educação realizada no ano de 1931, que resultou na divisão dos dois blocos: um conservador e um renovador. O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, saiu em defesa de uma escola pública, laica e obrigatória, a partir da administração estatal do sistema educacional.

O ensino de História nesta concepção, segundo Caimi (2005), fez com que despontasse novas possibilidades de metodologias, como a investigação, a crítica e o raciocínio lógico, a fim de que o ensino a partir da memorização pudesse ser superado. Era notável a preocupação com o método utilizado, este estabelecido e referenciado pelas ideias do início da República, onde se atribui ao ensino da história a “difusão do sentimento nacional e na responsabilidade de formar os cidadãos da nação” (CAIMI, 2005, p. 2). Mesmo com o ideário escolanovista, a visão tradicional continuou sendo predominante, voltando-se para o professor como detentor do conhecimento e o aluno passivo, com a finalidade de apenas ser o receptor.

Nessa mesma década, a Reforma Francisco Campos de 1931, permitiu “a consolidação do Código Disciplinar da História (1931-1952), em que os conteúdos da História foram introduzidos oficialmente, como proposta curricular obrigatória e única para as escolas de todo o país” (SCHIMDT, 2011, p. 130).

Em decorrência dos processos de industrialização e modernização, o governo de Getúlio Vargas, permeou que o ensino de história fosse pautado nos ideais nacionalistas, dessa forma, com a utilização de manuais e livros didáticos, se dava ênfase para a concepção tradicionalista, onde se atribuía um maior valor para as datas

e os heróis nacionais.

A partir de 1942, a Reforma Capanema é estabelecida com a sequência do discurso nacionalista e tende por regredir a educação, visto que a função da mesma se distingue em dois polos: uma de preparar o operário, oriundo das classes mais empobrecidas e a outra, de qualificar a elite. Dando continuidade a essa metodologia, adentramos na década de 1960, marcada por pautas educacionais antagônicas, de um lado temos a educação popular idealizada pelo educador e teórico Paulo Freire, que coloca a educação como ferramenta de mudança, principalmente da realidade vivenciada pelos alunos, do outro lado, possuímos a educação tecnicista, centralizada na técnica, desconsiderando professor e aluno, marcada por um autoritarismo excessivo.

A educação popular de Paulo Freire foi anulada, pois a educação sendo “uma forma de ‘prática cultural para a liberdade’, deveria transformar todo o sistema e toda a lógica simbólica da educação tradicional” (BRANDÃO, 1984, p. 48). A educação para Paulo Freire iria além de “estar a serviço da alienação e da domesticação ou da conscientização e da libertação” (SAVIANI, 2013, p. 335).

Através da LDB 5.692/71, encontra-se a disciplina de Educação Moral e Cívica, com a finalidade de auxiliar nos estudos para a formação do cidadão. Nesse período compreendido pela valorização da técnica e uma constante busca de se impedir uma racionalização humana, temos a forte presença do chamado Estudos Sociais, que integrava as disciplinas de História e de Geografia, para além das apropriações de outras áreas das ciências humanas. Assim, se prevalecia a observação e descrição do meio local por parte dos estudantes das escolas primárias, relacionado às situações de trabalho, organização da cidade, etc., de modo que a disciplina de História estava integrada à outros estudos.

O objetivo da proposta era o de aproximar o jovem da vida em sociedade e de valorizar a ação individual e a consciência de cada um quanto à melhoria das condições da sociedade em que vive. Preocupava-se com a vivência harmoniosa do jovem e sua identificação nessa sociedade (NASCIMENTO; SANTOS, 2015, p. 158).

Os estudos sociais possuem inúmeros posicionamentos contrários, visto que a ditadura militar estabelecia uma contrariedade à formação crítica, sendo os estudos sociais uma ferramenta que impedia a real compreensão da cidadania e a própria formação de um cidadão histórico e crítico na sua realidade.

A redemocratização do país, ocorrida em 1988, trazia novas concepções de

liberdades e, conseqüentemente, novas perspectivas para a educação, principalmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 1996, que atribuiu ao Estado a responsabilidade da Educação Básica como direito de todos. Pode-se dizer que a LDB 9394/96 pôde efetivar um avanço nas políticas educacionais públicas, porém, ao longo dos anos, houve conflitos e disputas em relação a qual educação dispor nas escolas.

Atualmente, o ensino de História é elencado por mudanças que foram permeadas no processo de redemocratização do país e pelas novas concepções de educação, como reforça Bittencourt (2018, p. 127), a disciplina é “concebida como ‘pedagogia do cidadão’ mantém-se em currículos do século XXI como importante instrumento educativo de formação para o exercício da democracia”. Se encontram muitos resquícios de metodologias tradicionais e certo esvaziamento de perspectivas que contribuam para a formação do aluno enquanto sujeito histórico do seu tempo e cidadão atuante na sua realidade.

No ano de 1988 a partir da resolução CEB de número 03, ocorre a implantação dos chamados PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, que no ano de 2002 viria ganhar uma nova versão denominada de PCN+, na qual se complementa as orientações estabelecidas na primeira versão do documento, trazendo um enfoque para a interdisciplinaridade e para a contextualização. No que se refere ao componente curricular de História, há o direcionamento para o trabalho com a História Regional, de forma articulada e relacional com os demais conteúdos de História geral.

Mediante isso, a temática da História Regional se constitui como uma possibilidade de os alunos valorizarem as suas identidades e suas experiências de vida, compreendendo seu papel histórico e cidadão a partir de sua realidade, sem serem alheios a mesma. O ensino de História permeia-se por um viés crítico de compreensão do espaço vivenciado, porém

Se de fato estamos preocupados com um ensino crítico da história, é preciso compreender que a crítica não é uma metralhadora giratória descalibrada: só há crítica conseqüente se existe um ponto de partida, e daí podemos perceber que existem críticas e críticas (CERRI, 2007, p. 138).

Quando se pensa na possibilidade do ensino de História Regional, atrela-se para a separação daquilo que se constituiria como regional e o que se estabelece como nacional ou geral, como se ambos não fossem complementares, distintos entre si. Em decorrência, o trabalho com essa temática deve levar em consideração os



aspectos essenciais para a sua realização e consolidação em sala de aula, estabelecendo vínculos e diálogos entre o regional e o geral, procurando desenvolver um trabalho que contemple as possibilidades para que os educandos compreendam as realidades e mediante a isso, analisá-las através da criticidade.

Nessas condições, deve-se ter cuidado ao trabalhar os elementos constituintes de determinada localidade e/ou regionalidade, compreendendo que a inclusão de uma temática regional se dá pela presença das histórias e manifestações culturais dos alunos, de suas realidades vivenciadas e vividas, sendo complementares e não alheios aos “elementos constitutivos do que a Escola dos Annales chamava de história tradicional (o que não inclui necessariamente a conotação política que o termo pode ter): os fatos, heróis, as grandes batalhas e as grandes datas” (CERRI, 2007, p. 139). É necessário ter a compreensão, conforme Cerri (2007) de que a relação com o nacional é aberta com diálogo permanente, mesmo sem ser cordial na maioria das vezes, marcado por um separatismo e um agravante preconceito regional estabelecido em alguns casos.

### 2.3 HISTÓRIA REGIONAL E O COMPONENTE CURRICULAR DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II NO CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE

Com o objetivo de ressaltar o papel da História regional dentro das temáticas trabalhadas nas salas de aulas do ensino fundamental II, o objeto de estudo busca analisar os subsídios sobre as manifestações da História e da cultura do estado do Paraná na disciplina de História, estabelecido no Currículo Da Rede Estadual Paranaense (CREP).

Após a implantação do *Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações*, no ano de 2018, ocorre a apresentação do CREP, no ano de 2019, visando fornecer aportes às escolas paranaenses na revisão dos seus currículos e aos professores para a elaboração dos planejamentos de suas aulas. Sendo, “uma maneira de trazer para o âmbito da docência possibilidades de encaminhamentos que levam ao desenvolvimento das competências gerais da Educação Básica” (PARANÁ, 2019, p. 2).

Aliado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi introduzida no ano de 2018, o CREP, estabelece tal como o documento normativo nacional, uma

estruturação de código, que deve ser inserido em todos os objetivos de aprendizagem, procurando um aprofundamento da própria habilidade que se encontra na BNCC.

Tabela 1 – Estruturação do código do CREP

<b>PR. EFO7HI04. a. 7. 06</b>
PR= Estado
EF07HI04= Habilidade da BNCC
a.= Caso de mudança
7.= Indicação do ano no Referencial
06= Posição do ano no CREP

Fonte: PARANÁ, 2019 (p.03)

Assim sendo, encontra-se denominações para esses objetivos de aprendizagens que necessitam ser elencados, visto que dialogam tanto com a BNCC como com o Referencial Curricular do Paraná. No quadro, estão presentes as denominações para os casos de mudanças.

Tabela 2 – Denominações das mudanças

s.	Sem modificações	Própria habilidade da BNCC
c.	Contextualização	Inclui aspecto regional na descrição da habilidade
a.	Aprofundamento	Incluem orientações pedagógicas adicionais
d.	Desdobramento	Habilidade desdobrada em mais de uma no Referencial
n.	Novo objetivo	Objetivo não contemplado na BNCC

Fonte: PARANÁ, 2019 (p.04)

O Currículo da Rede Estadual Paranaense, deve ser analisado e discutido a partir de uma perspectiva em que os “documentos precisam ser tomados como monumentos para marcar a diferença na atribuição do sentido” (LUCHESE, 2014, p. 149). Assim sendo, a autora contribui para o entendimento de que os documentos devem ser compreendidos como produções humanas, de indícios e construções instituidoras dos sentidos e dos significados humanos que precisam ser montados e desmontados para um processo, constituindo as categorias de análises e subcategorias.

Compreende-se que a História regional visa contribuir para a formação histórica e cidadã do aluno, complementada pela valorização de sua própria identidade, dessa forma, uma das competências a serem analisadas diz respeito em como esse conteúdo é abordado no objeto de estudo, a fim de complementar o ensino de história, bem como complementar o entendimento dos próprios alunos sobre a sua realidade local, mediante aos estudos da História do Paraná, denotando aspectos sociais e culturais que se correlacionam com os aspectos gerais e nacionais.

Assim sendo, o estudo das questões regionais e locais se faz fundamental para que os alunos possam compreender melhor as relações existentes entre a região onde vivem e o global, pois esta compreensão ajuda-lhes a refletir historicamente sobre os acontecimentos, lhes proporciona uma visão crítica sobre os fatos e assim, podem formar e transformar sua opinião (PAIM; PICOLLI, 2007, p. 114).

O que é perceptível no ensino de história, quando procura-se relacionar os aspectos culturais e históricos, é o relacionamento fragmentado e desconexo com a realidade vivenciada por aquele que a estuda. Geralmente, a denotação de uma História geral que deve ser compreendida como fundamental na constituição de um cidadão nacional, raramente inclui a compreensão das relações cotidianas e regionais dos alunos. Assim sendo, tal como apontado por Luchese (2014), deve-se pensar no regional como forma de intersecção de redes de contextos e relações de diferentes âmbitos espaciais, sejam local, regional, nacional ou internacional.

Na formação docente da atualidade, sabe-se que o que constitui a formação de novos conhecimentos ou aprimoramento dos mesmos, inclui a valorização do que se denomina como conhecimento prévio, este que se encontra presente na bagagem de experiências de vida, do cotidiano social que o aluno carrega consigo e traz para dentro dos muros escolares. Pois,

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos 'conhecimentos de experiência feitos' com que chegam à escola (FREIRE, 2017, p. 62).

O profissional docente sabe que ao considerar esses conhecimentos, está aproximando não só o aluno, mas a sua realidade vivenciada aos conhecimentos científicos, acumulados historicamente pelos homens ao longo dos tempos. As "mudanças na forma de abordar os acontecimentos, partindo de um olhar mais peculiar ou próximo do cotidiano, ajuda o aluno a perceber-se como um ser integrante da história que aprende, faz com que ele se sinta parte de um todo" (PAIM; PICOLLI,

2007, p. 119). Aprender História se fundamenta em pensá-la e não a memorizar, aprender é pensar historicamente, onde os alunos possam adicionar aos seus pensamentos características que são da História e, conseqüentemente contribuir para a consolidação de habilidades inerentes à disciplina.

No que concerne a este conteúdo da História Regional, relacionado ao objeto de estudo deste trabalho para verificação da abordagem, a lei estadual de nº 13.381, sancionada no dia 18 de dezembro de 2001, pelo então governador do Estado Jaime Lerner, torna obrigatório no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, o trabalho com a temática da história do Paraná. Tal como apresentado no art. 1º

Torna obrigatório um novo tratamento, na Rede Pública Estadual de Ensino, dos conteúdos da disciplina História do Paraná, no Ensino Fundamental e Médio, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do nosso Estado.

E complementado pelo inciso 2º desse mesmo artigo

§ 2º. A aprendizagem dos conteúdos curriculares deverão oferecer abordagens e atividades, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo do estudo das comunidades, municípios e microrregiões do Estado.

O que determina a problematização nesse trabalho, é a compreensão da formação histórica e cultural do Estado do Paraná, através de uma lógica regionalista, visando contribuir para complementar o ensino do que se constitui como História geral, procurando enfatizar as relações, do regional e do nacional, nas aulas, dessa forma, entender quais conteúdos relacionados à História do Paraná podem ser incluídos no ensino. É importante denotar que se estabelece a concepção da importância ao trabalhar esses conteúdos, pois compreende-se que “a história regional vai destacar as diferenças que existem dentro de um mesmo local, mostrando que cada região se constitui de diferentes formas de cultura, valores dos quais decorrem forças globais e locais” (PAIM; PICOLLI, 2007, p. 115).

O CREP, utilizando dos apontamentos de Luchese (2014), é constituído como um documento a ser analisado, permitindo uma gama de possibilidades das narrativas históricas que podem ser encontradas, significando que a compreensão dos documentos geralmente incluem para além das intenções adquiridas no momento de suas produções, alguns elementos incontrolados, ou seja, aquilo que não foi pré-determinado.

## 2.4 A TEMÁTICA DA HISTÓRIA DO PARANÁ NO CREP PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II

No documento em questão pode se delimitar a pequena presença dos estudos relacionados à temática da História do Paraná para os anos finais do ensino fundamental. Dos 127 objetivos paranaenses que são propostos para o componente curricular de História do Ensino Fundamental 2, apenas 16 delimitam especificamente o estudo e o trabalho historiográfico com o tema da História do Paraná, mesmo relacionando-a dentro de uma temática geral.

### 2.4.1 6º Ano

Em relação a BNCC, que estabelece 19 habilidades para a série do 6º ano para o componente curricular de História, no CREP são estabelecidos 26 objetivos e, dois objetivos dentre esses, são destinados para a temática paranaense, visto que possuem na estruturação de seus códigos a denominação elencada anteriormente, sendo “c” para fins de contextualização, incluindo o aspecto regional na descrição da habilidade.

Tabela 3 - Objetivos específicos identificados para o 6º ano

<b>6º ano</b>
<b>PR. EFO6HI04. c. 6. 08</b> Analisar e problematizar a origem dos sambaquis nos litorais de onde se localiza o atual estado do Paraná e também das demais localidades que possuem vestígios desses materiais.
<b>PR. EFO6HI08. c. 6. 12</b> Identificar e analisar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas (povos originários pré-colombianos) que habitaram e habitam o território do Paraná atual e do Brasil.

Fonte: PARANÁ, 2019, (p.28-29)

O primeiro objetivo está compreendido dentro da habilidade EF06HI08 específica da BNCC para o componente curricular de História, que busca “conhecer as teorias sobre a origem do homem americano” (BRASIL, 2018, p. 423), sendo presente no CREP através da unidade temática de estudo “História: tempo, espaço e formas de registros”, delimitado pelo objeto de conhecimento “As origens da

humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização”. Dessa forma, o CREP estabelece os conteúdos que devem ser desenvolvidos para esse objetivo em específico e compartilhado com outros quatro objetivos, a fim de compreender as “hipóteses sobre o surgimento da espécie humana. Hipóteses sobre os processos migratórios e a chegada do homem à América. Povos originários deste continente, tais como povos de Lagoa Santa, povos da Serra da Capivara e povos dos Sambaquis” (PARANÁ, 2019, p. 28).

O segundo objetivo, contemplado na BNCC como a habilidade (EF06HI08), procura “identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras” (BRASIL, 2018, p. 421), no CREP se encontra dentro da unidade temática “a invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades”, sendo os objetos de conhecimentos definidos “povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos); os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais” (PARANÁ, 2019, p. 29). Os conteúdos apresentados para a elaboração do trabalho do objetivo em específico, são compartilhados com mais um objetivo, sendo “as primeiras sociedades: do nomadismo às sociedades sedentárias. Surgimento das civilizações da África, Oriente Médio e Extremo Oriente no período da Antiguidade. Os povos originários da América pré-colombiana” (idem).

De uma maneira geral, a BNCC estabelece para o 6º ano uma disciplina que contemple as possibilidades de reflexão da e sobre a História, bem como suas formas de registro, procurando recuperar aspectos de aprendizagem que foram desenvolvidos nos anos iniciais do ensino fundamental e, assim, discutir “procedimentos próprios da História, o registro das primeiras sociedades e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo” (BRASIL, 2018, p. 417). Avançando posteriormente, para o período medieval na Europa e as demais maneiras de organização sociais e culturais em partes da África.

Em relação ao primeiro objetivo identificado, compreende-se a interligação de um estudo sobre as formas de registros das sociedades e da História ao longo dos tempos históricos, pois os sambaquis no litoral paranaense são vestígios da existência de uma comunidade anterior ao “descobrimento” do Brasil, sendo um aporte histórico que delimita uma visão menos eurocêntrica sobre a História do Brasil, constituindo um

patrimônio material e cultural do passado brasileiro e paranaense.

Outro aspecto que fundamenta a importância desse objetivo é a própria noção do estudo de História se apresentar como o estudo do Homem no tempo e no espaço, visto que, ao longo dos tempos históricos o homem foi se modificando a fim de suprir suas necessidades primárias e fundamentais. Se constituindo como um objetivo que busca perpassar pelas constituições históricas de ações e modificações do homem no espaço através da cultura material, sendo que “a definição de cultura material é aquela que só se exprime no concreto, nós e pelos objetos construídos” (LE GOFF, 2001, p. 181). Desse modo, compreende-se um aporte para o entendimento do funcionamento de determinadas culturas, principalmente daquelas que habitaram e habitam o território atual do Paraná e do Brasil, adentrando-se no segundo objetivo específico citado.

O CREP (2019), na organização dos objetivos em consonância com a BNCC, em relação ao primeiro objetivo, está concentrado entre as discussões das teorias sobre o surgimento do homem americano e sua chegada na América, bem como as rotas de povoamento no território, denotando a constituição de um estudo histórico que complementa a História Total com a História Regional, porém, em relação ao segundo objetivo, é perceptível uma ênfase errônea da temática da História do Paraná dentro dos conteúdos delimitados, considerando sua presença dentro dos estudos da compreensão das diferentes formas das sociedades antigas, principalmente relacionado com o conteúdo sobre os povos originários de uma América pré-Colombiana, reafirmando o objetivo de

identificar e analisar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos **povos indígenas (povos originários pré-colombianos) que habitaram e habitam o território do Paraná atual e do Brasil** (PARANÁ, 2019, p. 29).

Porém, o termo usado para se referir aos povos originários que habitaram o território brasileiro e conseqüentemente, o território paranaense é pré-cabralino e não, pré-colombiano, ou seja, povos originários antes da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral e não, Cristóvão Colombo. Mesmo que o objetivo busca relacionar a uma descendência dos povos indígenas que habitaram o atual território paranaense/brasileiro, não o deixa claro, seja nesse objetivo ou em outros anteriores, denotando interpretações desordenadas. Dessa forma, considerar uma História menos eurocêntrica do nosso país, procurando se permear pelos caminhos da História

Regional, pode se constituir de maneira defasada se os termos específicos não forem usados corretamente, principalmente, em um documento cunhado pelo Estado para implementação nos currículos escolares.

#### 2.4.2 7º Ano

Referente à série do 7º ano, a BNCC delimita que o componente curricular de História deve abranger que “as conexões entre Europa, América e África são ampliadas. São debatidos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais ocorridos a partir do final do século XV até o final do século XVIII” (BRASIL, 2018, p. 418). Estabelecendo 17 habilidades para a disciplina de História, sendo presente no CREP cerca de 25 objetivos, dentre os quais se reconhece apenas um objetivo destinado para o trabalho sobre a História do Paraná. Em sua estrutura de código, há a presença da denominação “c”, que decorre sobre a contextualização de um aspecto regional sendo incluído na habilidade, tal como explicado anteriormente.

Tabela 4 – Objetivos específicos identificados para o 7º ano

<b>7º ano</b>
<b>PR. EFO7HI12. c. 7. 18</b> Analisar o processo civilizatório do Paraná e do país, por meio do movimento tropeiro.

Fonte: PARANÁ, 2019 (p. 38)

Ao comparar o objetivo com as habilidades presente na BNCC, não é possível identificar uma relação imediata, sendo possível uma interligação com a habilidade EF07HI12 que procura “identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática)” (BRASIL, 2018, p. 423). Porém, essa habilidade também está inserida no objetivo paranaense anterior, no qual possui a denominação “a”, que estabelece um aprofundamento do objetivo com orientações pedagógicas adicionais a habilidade.

No CREP, o objetivo destacado, está inserido na unidade temática “A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano”, compreendido pelos objetos de conhecimento “A estruturação dos vice-reinos nas Américas; Resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa” (PARANÁ, 2019, p. 38). Os conteúdos estabelecidos para o desenvolvimento do objetivo, são



trabalhados também em outros cinco objetivos, assim sendo

Organização da América colonial espanhola; montagem do sistema colonial brasileiro, período Pré-Colonial, início da colonização, capitanias hereditárias e governos-gerais, União Ibérica, a administração da América portuguesa e os poderes locais, ocupação do interior, resistência dos povos originários ao processo de colonização; franceses e holandeses na colônia portuguesa; expansão territorial e diversificação das atividades, a ocupação do Nordeste e da região amazônica, a expansão bandeirante, a conquista do sul, produção açucareira e a sociedade do açúcar; a pecuária e o tropeirismo, destacando seu papel no território paranaense (PARANÁ, 2019, p. 38).

Para a série do 6º ano, são trabalhados conteúdos direcionados para uma “pré-história” e análise das sociedades originárias antes da chegada dos portugueses em território brasileiro, com enfoque para o território paranaense. No 7º ano, o único objetivo centrado na temática do trabalho com a História do Paraná é em relação ao movimento tropeiro, destacando a “conquista do sul” e o papel no território paranaense. Inicialmente, compreende-se que o movimento do tropeirismo se deu a partir do século XVIII, sendo presente na região dos Campos Gerais do Estado do Paraná, mediante a necessidade de exploração e ocupação do interior do país, bem como pelo transporte de mercadorias. Porém, a atividade de criação e comercialização de cabeças de gado no sul do país foi uma das atividades mais lucrativas do século XVIII e sendo uma atividade que se perdurou até meados do século XX.

O comércio e a criação de gado tiveram, pois uma influência decisiva no povoamento do território paranaense, muito maior certamente que a mineração do ouro, que não fixava populações senão muito excepcionalmente como são os casos de Paranaguá no litoral e Curitiba e São José dos Pinhais no Planalto (MARTINS, 1995, p. 270).

Compreendida a importância dessa atividade para o território brasileiro, é necessário denotar que dos objetivos estabelecidos para o 6º ano e o objetivo estabelecido para o 7º ano, em uma linearidade da História do Paraná, fica aparentemente um pouco desconexa. Analisando a organização do CREP do conteúdo de História, percebe-se um enfoque para as tensões da colonização do território brasileiro, a organização política, social e econômica, a resistência dos povos originários e as relações comerciais, como a escravidão, porém, retrata-se somente o conteúdo sobre os tropeiros com relação a uma História Regional. Na citação acima, de Martins (1995), há a retratação de que o movimento dos tropeiros teve maior influência no povoamento do território paranaense, do que a mineração do ouro, mas no Currículo Estadual, não é possível perceber a existência da atividade mineradora,

sendo presente, não em larga escala, mas concentrada no século XVII na Capitania de São Vicente que hoje é o Estado do Paraná, até o início da mineração do ouro em Minas Gerais.

Considerando o objetivo elencado, “analisar o processo civilizatório do Paraná e do país, por meio do movimento tropeiro” (PARANÁ, 2019, p. 38), se a intencionalidade for analisar o processo do Paraná somente a partir do movimento tropeiro, é compreendido, novamente, como um objetivo errôneo, visto que, a atividade de mineração se fez presente anteriormente ao mesmo, fundando cidades e vilas. Porém, se a intencionalidade do objetivo for analisar a continuidade de um processo civilizatório a partir dos tropeiros, que permitiu a fundação de outras cidades, mediante as rotas estabelecidas, o objetivo compreende sua pretensão.

#### 2.4.3 8º Ano

Em relação a série do 8º ano, a BNCC estabelece para o componente curricular de História os estudos relacionados ao século XIX, principalmente em configuração dos aspectos históricos do mundo que adentraram na contemporaneidade.

Destacam-se os múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos. África, Ásia e Europa são objetos de conhecimento, com destaque para o nacionalismo, o imperialismo e as resistências a esses discursos e práticas (BRASIL, 2018, p. 418).

Com 27 habilidades estabelecidas no documento da BNCC, a disciplina de História no CREP consta de 37 objetivos, sendo que dentre eles apenas 07 são destinados para o ensino e trabalho com a História do Paraná. As estruturas dos códigos presentes nesses objetivos específicos são bem diversas, sendo a denominação “c”, que como apresentado nos objetivos das duas séries anteriores, implica na contextualização de um aspecto regional presente na habilidade. A denominação “a”, discorre sobre um aprofundamento, incluindo orientações pedagógicas adicionais na habilidade. Sobre a denominação “d”, ela representa um desdobramento, ou seja, a habilidade em si na BNCC, foi desdobrada em mais de uma no Referencial.

Tabela 5 – Objetivos específicos identificados para o 8º ano

<b>8º ano</b>
<b>PR. EFO8HI03. c. 8. 05</b> Analisar a permanência e a continuidade, a ruptura e a transformação no processo histórico da produção ervateira no Paraná.
<b>PR. EFO8HI17. c. 8.22</b> Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império, compreender o contexto e o processo político de emancipação do Paraná.
<b>PR. EFO8HI19. a. 8.24</b> Identificar e questionar o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas, problematizando as contradições entre as ideias liberais e a manutenção das pessoas em estado de escravização no Paraná e no Brasil do século XIX.
<b>PR. EFO8HI20. d. 8.26</b> Identificar a utilização do trabalho escravo de povos originários, africanos e afro-brasileiras na história do Paraná, compreendendo as relações econômicas, de poder e de trabalho, analisando na história brasileira os processos de reconhecimento dos direitos dos povos originários, quilombolas e demais comunidades tradicionais do Paraná e do Brasil.
<b>PR. EFO8HI20. d. 8.27</b> Contextualizar e compreender as diferentes correntes migratórias que influenciaram na formação do Paraná e do Brasil.
<b>PR. EFO8HI21. a. 8.28</b> Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império, entendendo as consequências dessas políticas no Paraná e Brasil.
<b>PR. EFO8HI26. d. 8.35</b> Identificar e problematizar as teorias raciais presentes no Brasil, no final do século XIX, e a política do branqueamento (eugenia) da população, compreendendo as influências e consequências no estado do Paraná.

Fonte: PARANÁ, 2019 (p. 40; 43; 44; 46)

O primeiro objetivo a ser analisado em comparação com a BNCC está contemplado na habilidade EF08HI03, voltada à “Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas” (BRASIL, 2018, p. 425). Dentro do CREP, o objetivo está inserido na unidade temática “O mundo contemporâneo: o antigo regime em crise”, sendo compreendido o objeto de conhecimento “Revolução Industrial e seus impactos na produção e circulação de povos, produtos e culturas”, ancorados nos conteúdos a serem desenvolvidos, sendo

A Revolução Industrial e seus impactos na produção industrial, circulação de povos, produtos, culturas, na noção de tempo, hábitos, exploração da mão de obra infantil e

feminina, luta e resistência dos trabalhadores e questões ambientais. A produção ervateira paranaense e seus impactos na economia, política e sociedade (PARANÁ, 2019, p. 40).

Em relação ao objetivo em questão, atenta-se para a interligação da produção ervateira paranaense no contexto mundial da revolução industrial e a impactação no contexto econômico, político e social do Brasil. Sendo que, no século XIX, a produção da erva-mate foi um dos amparos econômicos do Estado, e foi durante esse período que acontecimentos importantes se fizeram presentes, como a emancipação política do Estado do Paraná do Estado de São Paulo e a consolidação da Guerra do Paraguai.

Assim, como é amparado pelo objetivo da BNCC, é importante compreender o contexto da produção ervateira na consolidação do início do processo de industrialização e as suas consequências em relação a utilização da mão de obra. Inicialmente, com a utilização dos moinhos de água, se empregava tanto mão de obra escrava como mão de obra assalariada, porém, com a mecanização de um aparato tecnológico, como a utilização dos motores a vapor, a utilização de escravos foi reduzida, substituída pelos imigrantes, que dotavam de maior qualificação para o trabalho.

Analisando a localização do objetivo no CREP, com sua denominação de contextualização de um aspecto regional, mediante os impactos da Revolução Industrial, apesar de pertinente, o objetivo fica empregado de forma deslocada, mesmo considerando sua relação com o objetivo anterior, onde aprofunda-se as consequências da Revolução Industrial, visto que nenhum objetivo anterior retrata os primórdios da industrialização no Brasil, inserindo um contexto regional e apenas esse, entre os objetivos anteriores de aprendizagem sobre a Revolução Gloriosa, Iluminismo, Liberalismo político nas Revoluções Inglesas e, posterior os objetivos de conhecimento sobre a Revolução Francesa e Era Napoleônica, sendo que este último retrata a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil.

Compreender os impactos sociais, políticos e sociais da produção ervateira paranaense sem uma base de interligação com as mudanças dentro de um contexto da História do Brasil, desconsidera a importância de um ensino que valorize as relações da História Regional dentro do contexto da História Total. Mesmo que o docente realize essa interligação, a mesma não se compreenderá de forma significativa, considerando as diversas nuances para o ensino de História.

O segundo objetivo, sendo o PR.EF08HI17.c.8.22, se relaciona com a habilidade da BNCC EF08HI17, onde procura “relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império” (BRASIL, 2018, p. 427). Inserido dentro da unidade temática “o Brasil do século XIX”, possui como objetos de conhecimentos “Brasil: Primeiro Reinado; O Período Regencial e as contestações ao poder central; O Brasil do Segundo Reinado: política e economia; A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado; Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai”, no qual os divide com outros quatro objetivos, com os seguintes conteúdos determinados

Primeiro Reinado: as guerras e o reconhecimento da independência do Brasil, A constituição de 1824 e a crise do Primeiro reinado. Período Regencial: disputas entre os grupos políticos e as revoltas regenciais. Segundo Reinado: a ascensão da cafeicultura, o início da industrialização no Brasil, a modernização dos transportes, a mão de obra, a Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-1850), política externa, Questão Christie (1863), intervenções brasileiras na região do rio da Prata, a Guerra do Paraguai (1864-1870). Emancipação política do Estado do Paraná (PARANÁ, 2019, p. 43).

O que delimita a atenção específica para esse objetivo é analisar a relação existente entre o movimento de independência política do Brasil com o Segundo Reinado e, conseqüentemente, a emancipação política do Estado do Paraná perante o Estado de São Paulo. Porém, inicialmente, é importante destacar que o desenvolvimento econômico do Estado, por intermédio da produção ervateira, foi de vital importância para a implementação de uma transformação política, assim, o objetivo específico compreende uma interligação com o objetivo de temática regional anterior.

Para se compreender a emancipação política do Estado, deve-se atentar para seus antecedentes, sendo que, enquanto comarca de São Paulo,

não havia uma estrutura competente para as exigências administrativas da região. A segurança era péssima, não havia escolas, nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo. Essa conjuntura gerava grande insatisfação (PRIORI, 2012, p. 16).

A conquista da autonomia política do Paraná foi um processo marcado por insucessos. Porém, as mudanças econômicas ocorridas no século XIX, como a produção de Erva Mate, foram um aporte na continuidade para se conquistar a emancipação. Mesmo no ano de 1850, com o interesse do Império, mediante as

preocupações das invasões dos países vizinhos, apenas em 1853, o projeto de emancipação foi aprovado. Analisando a presença do objetivo específico no CREP, o mesmo possui relação com o objetivo que retrata os movimentos contestatórios de um poder centralizado, o que constitui a relação fundamental entre o ensino de História Regional e o Ensino de História Total, não sendo contemplado de maneira deslocada dentro dos conteúdos temáticos pré-determinados, constituindo assim, um aporte histórico para a formação de um sujeito histórico que compreende as interligações existentes não somente entre passado e presente, mas também, sobre sua regionalidade com o nacional.

Entretanto, é necessário destacar que em um dos conteúdos elencados para esse objetivo e para os demais que os compartilham, se faz notória a presença do “início da industrialização no Brasil, a modernização dos transportes, a mão de obra” (PARANÁ, 2019, p. 43), somente após retratar o início da industrialização no Paraná. O que delimita uma ação reversa no contexto de ensino, sendo que 16 objetivos separam o primeiro objetivo sobre a temática paranaense para a série do 8º ano do segundo aqui elencado.

O terceiro objetivo, o PR.EF08HI19.a.8.24, está em consonância com a habilidade EF08HI19 da BNCC para o ensino de História na 8ª série, buscando “formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas” (BRASIL, 2018, p. 425). No CREP, o objetivo também está acrescentado na unidade temática “O Brasil no século XIX”, sendo contemplado pelo objeto de conhecimento “O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial”, que também são delimitados para outros três objetivos. Os conteúdos que devem ser desenvolvidos mediante o objetivo, são

Escravidão no século XIX, leis abolicionistas, movimento abolicionista no Brasil, decadência e abolição da escravidão no Brasil. O declínio da oferta de escravos no Brasil no contexto do abolicionismo e sua repercussão no contexto paranaense (PARANÁ, 2019, p. 44).

Dessa forma, busca-se compreender o contexto da escravidão e do movimento abolicionista brasileiro, bem como entender como se deram as consequências desse movimento dentro de um contexto paranaense. Inicialmente, é importante denotar que o regime escravista se fez presente no Paraná, apesar de menos intenso do que em outros lugares comumente lembrados, como Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo

e variando o nível de participação com a atividade econômica, sendo que nem todos os proprietários de terras possuíam escravos, vistos mais frequentemente na pecuária e em propriedades de maiores tamanhos.

Inicialmente, no século XVII, foi o escravo indígena quem preencheu as necessidades da lavoura e da mineração, e ele mesmo foi capturado como mercadoria para venda em outras regiões. Mas nas primeiras décadas do século XVIII, com a consolidação da pecuária como atividade comercial e a diminuição do índio nas áreas mais próximas, os escravos de origem africana substituíram paulatinamente o indígena (GUTIÉRREZ, 2006, p. 101).

O movimento abolicionista consolidou a Lei Áurea de 1888 como uma de suas expressões, porém, o racismo em uma estratificação social no contexto brasileiro e paranaense se permeia até os dias atuais. O declínio da oferta de escravos, resultou nas importações dos trabalhadores europeus para trabalho nos meios rurais e urbanos que estava atrelado constantemente com uma concepção escravista, o que de certa maneira permitiu a continuidade de elementos desse sistema de escravidão.

Analisando a presença desse objetivo no CREP, fica evidente a intencionalidade de relacionar questões sobre preconceito social e racial nos dias atuais, como consequências da escravidão, principalmente intermediado pela construção desse entendimento através da coexistência entre a História Regional e a História como um todo. Apesar de possuir três objetivos para as discussões elencadas, os mesmos se mostram pertinentes para a valorização e a construção de um conhecimento histórico que abarca as vivências cotidianas dos alunos.

No quarto objetivo, o PR.EFO8HI20.d.8.26, como indicado pela denominação “d” em sua nomenclatura, ocorre um desdobramento a mais de uma habilidade específica. Assim sendo, compreende-se na análise que o objetivo em questão é um desdobramento da habilidade EF08HI20 presente na BNCC, que busca “identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas” (BRASIL, 2018, p. 425), visto que a unidade temática em que está inserido o objetivo no CREP é ainda “O Brasil no século XIX”, sendo também o mesmo objeto de conhecimento do objetivo anterior “O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial”, porém, com os conteúdos diferenciados, contemplando “a campanha abolicionista e o projeto de abolição adotado no Brasil Império. Mudanças e permanências com a abolição. Escravidão e abolição no contexto específico paranaense. A questão das comunidades

quilombolas” (PARANÁ, 2019, p. 44).

Assim, a delimitação do entendimento do trabalho escravo, seja de povos originários, de africanos ou de afro-brasileiros, se faz presente na História do Paraná, principalmente mediante a necessidade do reconhecimento desses povos originários, das comunidades quilombolas e demais comunidades, sendo essa discussão complementar com o terceiro objetivo elencado anteriormente. O reconhecimento das comunidades quilombolas foi tardia, sendo presente apenas na Constituição Federal de 1988 e, apenas em 2001, com uma medida provisória “conferiu-se ao Ministério da Cultura as funções de identificar, delimitar, demarcar e titular as terras quilombolas e, à Fundação Palmares, a função de realizar os respectivos registros dos títulos” (PRIORI, 2012, p. 50-51).

Considerando os aspectos delimitados pelo objetivo específico, bem como para sua inserção dentro do CREP, atenta-se para a complementação do objetivo anterior retratado, procurando estabelecer discussões acerca das relações entre presente e passado, sendo a História viva e mutável, é necessário que a representação do passado seja compreendida como processo de mudança e permanência na sociedade no qual estamos inseridos atualmente. A premissa de um ensino que valorize os aspectos regionais, considerando as consciências e identidades dos indivíduos, se faz fundamental na constituição de um ensino de História, principalmente quando os direitos de determinadas culturas e povos só foram reconhecidos tardiamente, o que o quarto objetivo permite em suas discussões.

O quinto objetivo busca “contextualizar e compreender as diferentes correntes migratórias que influenciaram na formação do Paraná e do Brasil” (PARANÁ, 2019, p. 44). Porém, quando comparado com as habilidades presentes e direcionadas para essa série na BNCC, não se encontra de imediato uma habilidade que permita o desdobramento da mesma a fim de aprofundar a temática mais específica, mesmo que em sua nomenclatura esteja a habilidade EF08HI20, que busca “identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas (BRASIL, 2018, p. 427). Também inserido no CREP dentro da unidade temática “O Brasil no século XIX”, com os mesmos objetos de conhecimentos e os conteúdos do quarto objetivo.

Entende-se que o movimento migratório no Estado do Paraná possui e tem deveras atenção na formação da sociedade paranaense atual. Atenta-se ainda ao fato de que parte dos alunos pode ter conhecimentos ou ser partícipe das comunidades



existentes que foram herdadas das correntes migratórias do século XIX e XX, considerando que cada região do Estado, possui ou possuiu uma presença mais significativa de uma comunidade ou de outra, podendo ser de origens europeias, afro-brasileiras ou asiáticas.

Como no resto do país, o incentivo à imigração foi necessário, visto que era imperativo ocupar espaços vazios existentes no território do Estado, resolvendo, também, as questões relacionadas à falta de mão de obra crescente. A política do incentivo era impulsionada por propagandas que enfatizavam o Brasil como um paraíso propício à formação de fortunas (...) (PRIORI, 2012, p. 35).

As presenças dos diversos imigrantes influenciaram na constituição dos aspectos culturais paranaenses, como arquitetura, agricultura, música, dança, pratos típicos, etc. Assim, compreender o objetivo em questão, principalmente por não apresentar uma interligação direta com uma das habilidades da BNCC e, pela sua inserção dentro do CREP, se faz necessária para analisar a temática da História Regional na formação do sujeito histórico.

Observando o CREP, o objetivo se encontra entre os objetivos sobre a escravidão e o reconhecimento dos direitos desses povos e as políticas oficiais imperiais para com os indígenas. Aparentemente, a introdução desse objetivo dialoga com o terceiro objetivo aqui analisado, sendo que nos estudos históricos do século XIX, a imigração também serviu de base para a mão de obra após a abolição da escravidão, todavia, o início dos processos de imigração para o sul do país e conseqüentemente, para o Estado do Paraná, datam anteriormente ao movimento abolicionista e até mesmo da Lei Eusébio de Queirós de 1850. A entrada de imigrantes denotou uma contribuição “para mudanças nas relações de trabalho, mesmo quando a escravidão ainda era vigente” (PRIORI, 2012, p. 39), ou seja, introduziu a concepção do trabalho assalariado.

Como enfoque desse trabalho, apresentamos a discussão sobre como os objetivos específicos sobre a História do Paraná se apresentavam e como dialogavam com os objetivos que retratam a concepção de uma História Total do país, permitindo a constituição de um trabalho condizente para a formação de um sujeito histórico e, percebe-se em relação ao objetivo sobre as correntes migratórias, uma interligação com os processos vivenciados pelo contexto brasileiro no século XIX, porém, apesar das análises aqui levantadas, o documento demonstra uma determinada vacância para com o objetivo, colocando-o sem conteúdo mais definidos e elaborados para o trabalho dentro do ensino de História, como foi perceptível para o terceiro objetivo e

este em questão.

O sexto objetivo, PR. EFO8HI21. a. 8.28, como apontado pela definição de sua nomenclatura “a” é um aprofundamento que inclui orientações pedagógicas adicionais a uma habilidade da BNCC, a EF08HI21, a qual busca “identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império” (BRASIL, 2018, p. 427). A unidade temática em que está inserido este objetivo no CREP, se permeia também no “Brasil do século XIX”, determinado pelo objeto de conhecimento “Políticas de extermínio do indígena durante o Império”, amparado pelo único conteúdo delimitado, “A condição dos povos originários durante o período do Brasil Império” (PARANÁ, 2019, p. 44).

Dessa maneira, o objetivo em questão possibilita um entendimento da situação dos povos originários durante o século XIX, focando para além das comunidades quilombolas. Durante o período imperial, a Lei de Terras de 1850 e a Regulamentação das Missões de 1845, a política em prol dos povos originários eram devassadas e o extermínio desses povos pode ser percebido, porém, destaca-se para a visibilidade de um conteúdo que foi marcado por esquecimentos na historiografia brasileira, sendo retomado pela História Nova nas décadas finais do século XX. No que concerne à Província do Paraná

Para Wachowicz, os milhares de índios que habitavam o Paraná, foram em sua maior parte, quando resistiram ao processo civilizatório, eliminados definitivamente, e os mais submissos, incorporados à sociedade envolvente, perdendo suas características através da miscigenação (STOCKMANN, 2001, p. 128).

Analisando a presença do objetivo dentro do CREP, é pertinente sua presença dentro dos estudos sobre o século XIX no Brasil e no Paraná, principalmente mediante os silenciamentos que a História indígena sofreu durante os séculos, o que, de certa maneira, contribuiu para os próprios entendimentos vagos de uma História Regional. O objetivo em si dialoga em parte com o quarto objetivo identificado para a temática desse trabalho, complementando a discussão sobre a utilização do trabalho escravo dos povos originários, suas relações de poder e de trabalho e os processos de reconhecimentos, apesar de precisar de aprofundamentos mais específicos para o trabalho dentro do ensino de História, procura interligar uma regionalidade ao nacional, denotando as consequências oriundas de tempos históricos.

Assim sendo, o último objetivo delimitado para a temática da História do Paraná dentro da 8ª série, PR. EFO8HI26. d. 8.35, “identificar e problematizar as teorias

raciais presentes no Brasil, no final do século XIX, e a política do branqueamento (eugenia) da população, compreendendo as influências e consequências no estado do Paraná” (PARANÁ, 2019, p. 46), está elencado na BNCC através da habilidade EF08HI27, denotando em “identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas” (BRASIL, 2018, p. 427). Amparado na unidade temática “Configurações do mundo no século XIX”, seus objetos de conhecimento são permeados pelos seguintes:

Pensamento e cultura no século XIX: darwinismo e racismo. O discurso civilizatório nas Américas, o silenciamento dos saberes indígenas e as formas de integração e destruição de comunidades e povos indígenas. A resistência dos povos e comunidades indígenas diante da ofensiva civilizatória (PARANÁ, 2019, p. 46).

Sendo compartilhados com outros dois objetivos, tal como os conteúdos que devem ser desenvolvidos, “Darwinismo social e racismo, o discurso civilizatório nas Américas. Branqueamento e imigração europeia na virada do século XX. Imigração no Paraná” (idem).

Nesse objetivo temos uma delimitação mais aprofundada do quinto objetivo que busca “contextualizar e compreender as diferentes correntes migratórias que influenciaram na formação do Paraná e do Brasil” (PARANÁ, 2019, p. 44), sendo que uma das características da importação da mão de obra se sustentava no branqueamento da população.

As teorias raciais se fizeram presente no século XIX e adentraram pelo século XX, sendo o Darwinismo social uma corrente que sustentava a ideia evolucionista baseada na seleção natural, colocando o homem branco como superior, mediante a concepção de evolução e desenvolvimento. No Brasil, essas ideias foram amplamente difundidas, mesmo com uma população negra e mestiça superior a população branca, sendo adotadas as políticas de branqueamento na tentativa de formar uma cidadania nacional, por intermédio da miscigenação.

No Paraná, o início da imigração já se fazia presente desde início do século XIX, sendo composta por diversas etnias europeias e asiáticas. Assim, como para o contexto nacional, o cenário paranaense também foi permeado pelas concepções das teorias raciais e de branqueamento, sendo que no Paraná “os núcleos acabavam sendo formados por duas ou mais etnias. Essa heterogeneidade de nacionalidades impediu uma colonização mais homogênea, apesar de os grupos tentarem,

constantemente, preservar sua identidade cultural única” (PRIORI, 2012, p. 39). Enfatiza-se desse modo, a miscigenação cultural e étnica que se permitiu.

#### 2.4.4 9º ano

Em relação à última série do ensino fundamental, a BNCC compreende que deve se abordar “a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, e o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos” (BRASIL, 2018, p. 418). Perpassando as compreensões de todas as questões que marcaram o século XX, como os mais variados conflitos bélicos e mundiais, as correntes políticas originárias desses contextos, a delimitação dos Direitos Humanos, a proximidade entre os eventos europeus, asiáticos, africanos e latino-americanos, nos séculos XX e XXI.

A BNCC, estabelece 36 habilidades para o componente curricular de História e, o CREP, estabelece 39 objetivos. Desses 39 objetivos elencados, apenas 06 se permeiam para um trabalho com a temática da História do Paraná.

Tabela 6 – Objetivos específicos identificados para o 9º ano

<b>9º ano</b>
<b>PR. EFO9HI02. c. 9.03</b> Compreender os movimentos messiânicos do Paraná e do país como uma reação às relações de poder.
<b>PR. EF09HI10. a.9.12</b> Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, o impacto dos grandes conflitos mundiais, os conflitos vivenciados na Europa e as consequências para a contemporaneidade, em especial para o Brasil e Paraná.
<b>PR. EFO9HI17. s. 9.19</b> Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Paraná e do Brasil a partir de 1946.
<b>PR. EFO9HI19. c. 9.21</b> Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Paraná e no Brasil e discutir as questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.
<b>PR. EFO9HI26. a. 9.28</b> Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.), com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas, no Paraná, no Brasil e no mundo.

**PR. EFO9HI28. a. 9.30** Identificar e analisar aspectos nas relações de poder da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses, bem como suas influências e consequências para o Paraná, Brasil e o mundo.

Fonte: PARANÁ, 2019 (p. 47; 49; 50; 51; 52; 53)

O primeiro objetivo identificado possui em sua nomenclatura a denominação “c”, implicando na contextualização de um aspecto regional presente na habilidade. Em relação a BNCC, o objetivo está inserido dentro da habilidade EF09HIO2, que discorre sobre “caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954” (BRASIL, 2018, p. 429). Assim, o objetivo está contemplado na unidade temática de estudo “O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX”, com os objetos de conhecimento “Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo. A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos”, que são partilhados com outros dois objetivos, bem como seus conteúdos que devem ser desenvolvidos, a fim de compreender a

Crise do Brasil Imperial e Proclamação da República. A implantação da república no Brasil. Movimentos sociais e a contestação do modelo republicano implantado no Brasil. Messianismo e a questão do Contestado (PARANÁ, 2019, p. 47).

O movimento messiânico no Estado do Paraná é uma forma delimitada de se compreender as próprias contestações que se transpassaram mediante o modelo político da República no Brasil no final do século XIX e XX. A Guerra do Contestado que perdurou do ano de 1912 até 1916, se implementa para além do viés religioso, se colocando com pautas econômicas, sociais e políticas, que buscavam a reivindicação das posses dos grandes proprietários de terra, os problemas sociais enfrentados pelas classes mais baixas, a inserção do capital estrangeiro, bem como a própria ordem republicana, a fim da constituição de uma monarquia dirigida por sertanejos ou a “Monarquia Celeste”.

Compreender a presença do objetivo no CREP, se constitui como fundamental para entender as manifestações oriundas da implementação da República no Brasil. O desdobramento regional desse movimento, se caracterizou pela sua contestação social e política, possuindo semelhanças com a Guerra dos Canudos ocorrida no final

do século XIX. Analisando o diálogo com os demais objetivos, entende-se sua fundamentação mediante os estudos do início do século XX, sendo que, paulatinamente, esse movimento se contrapunha ao modelo e as consequências oriundas da Primeira República do Brasil. A interligação que deve fundamentar os estudos dessa temática, valorizando os aspectos regionais em complemento com a História Total, demonstra-se vaga perante a compreensão dos estudos relacionados sobre a Cafeicultura no Estado e o território Federal do Iguazu que não se fazem presentes no Currículo Estadual, mas que constituem e complementam os entendimentos dos processos históricos paranaenses e, que se fazem presentes anterior ao movimento do messianismo.

O segundo objetivo, o PR. EF09HI10. a.9.12, direciona para as discussões sobre o capitalismo e os conflitos vivenciados na Europa, resultando nas consequências na contemporaneidade, como no Brasil e no Paraná. Em sua nomenclatura, encontra-se a denominação “a”, na qual se perpassa em um aprofundamento, incluindo orientações pedagógicas adicionais. Na BNCC, o objetivo se encontra na habilidade EF09HI10, que busca “identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa” (BRASIL, 2018, p. 429).

No CREP, a unidade temática em que se faz presente o objetivo específico é “Totalitarismo e conflitos mundiais”, constituído pelos objetos de conhecimento “O mundo em conflito: a primeira Guerra Mundial. A Revolução Russa. A crise capitalista de 1929”, sendo os conteúdos delimitados e compartilhados com outros dois objetivos “conflitos imperialistas e a Primeira Guerra Mundial. Revolução Russa. Crise da Bolsa de Nova York e a Grande Depressão” (PARANÁ, 2019, p. 49).

Para a análise desse objetivo, enfoca-se primeiramente a Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre os anos 1914 e 1918. O Brasil, durante esse período, inicialmente adotou uma postura de neutralidade, porém, detinha-se uma dependência econômica da Inglaterra, envolvida no conflito e, após, o navio mercante brasileiro “Paraná” ser atacado e afundado mediante a Guerra submarina adotada pelo Kaiser Guilherme II, o país adotou uma posição de beligerância, adentrando posteriormente, na fase final da guerra. As consequências desse conflito para com o Brasil e o Paraná, resultam no campo econômico, principalmente mediante a dependência agroexportadora de café, que

no período que compreende os anos de 1913 a 1917 foi registrada queda nos preços, principalmente em função de fatores externos que prejudicaram a dinâmica do mercado interno, como a Primeira Guerra Mundial e sua consequência direta com a falência de bancos, sobretudo os menores (PRIORI, 2012, p. 97).

Conseqüentemente, a Crise Capitalista de 1929, oriunda dos Estados Unidos, que havia despontado em desenvolvimento durante a Primeira Guerra Mundial, afeta novamente a exportação do café, considerando que esse país era o maior exportador do produto brasileiro, no país

A grande depressão desestimulou a produção. No entanto, o Paraná não adotou as mesmas medidas restritivas dos outros Estados brasileiros produtores de café. É evidente que a crise atingiu fortemente a cafeicultura paranaense, (...), mas isso não foi o suficiente para o Estado estancar a expansão do plantio. Pelo contrário (PRIORI, 2012, p. 99).

Investindo na pequena e média propriedade, o Estado conseguiu alterar os custos da produção, e conseqüentemente, mantinham a demanda necessária e os lucros oriundos.

As intencionalidades do objetivo específico, quando analisado, parece-nos pertinente ao estudo de História, relacionando as conseqüências com o país e o estado do Paraná, complementando uma discussão que favorece a relação de uma realidade recortada dentro de um contexto geral. Porém, quando se analisa os objetivos propostos anteriormente, não é perceptível um estudo mais direcionado sobre a presença da cafeicultura no país e no Estado do Paraná, apenas nos conteúdos estabelecidos para o objetivo PR.EF08HI17.c.8.22 da série do 8º ano, compartilhados com outros quatro objetivos e limitando-se ao estudo do “Segundo Reinado: a ascensão da cafeicultura, o início da industrialização no Brasil” (PARANÁ, 2019, p. 43). Desse modo, sem um trabalho direcionado para entender os processos de ascensão e permanência da cafeicultura no país e, conseqüentemente, no Estado, os entendimentos para o objetivo delimitado para a compreensão da primeira metade do século XX, se demonstram de maneira vaga.

O terceiro objetivo específico, enfoca nos diversos processos ocorridos no Brasil e no Paraná, a partir do ano de 1946. Podemos identificar que a sua nomenclatura já delimita a denominação “sem modificações”, ou seja, é a própria habilidade da BNCC que está inclusa no CREP, sendo a habilidade EF09HI17, onde procura “identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946” (BRASIL, 2018, p. 431).

Inserido dentro da unidade temática “Modernização, ditadura civil militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, é contemplado pelo objeto de conhecimento “O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação”, que divide com outro objetivo, assim o conteúdo determinado para o desenvolvimento do trabalho, limita-se a “urbanização e modernização do Brasil no pós-Segunda Guerra” (PARANÁ, 2019, p. 50).

No contexto pós Segunda Guerra Mundial, aspectos econômicos, sociais e políticos, se voltavam para os contextos da Guerra Fria, sendo que, no Brasil, o enfoque para um desenvolvimento econômico e crescimento industrial, se pautavam em uma estruturação capitalista, sendo que

Nos anos entre 1940 e 1960 a economia brasileira caracterizou-se pela industrialização substitutiva das importações, por uma revalorização do café em âmbito internacional, seguida de uma supervalorização da moeda nacional e da concentração industrial na região Sudeste do país. Principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná, desenvolveu-se o cultivo do café, impulsionado pela procura deste produto no mercado mundial daquele momento (PRIORI, 2012, p.117).

Com “o início da segunda metade do século XX presenciou a estabilidade do mercado cafeeiro” (PRIORI, 2012, p. 101), sendo a principal atividade econômica do Estado do Paraná.

Tal como apontado anteriormente, novamente perante a análise, se tem um enfoque para a cafeicultura, mesmo diante das possibilidades de urbanização e modernização inseridas no país pelo contexto pós Segunda Guerra Mundial. Inserido dentro do CREP, o objetivo busca dialogar com as transformações e os impactos que o período em questão resultou e se relacionar com o objetivo que busca discutir os desdobramentos iniciais dos Direitos Humanos e a criação da ONU. Analisando os conteúdos e os objetos de conhecimento que busca desenvolver, o objetivo se apresentou de forma minimizada dentro do documento, perante as diversas possibilidades de estudo e trabalho historiográfico que pode direcionar, causando o próprio definir de uma problemática que busca complementar as realidades e os sujeitos históricos, bem como seus recortes temporais e vivências cotidianas.

Dando continuidade à uma sequência histórica, o quarto objetivo se direciona para a Ditadura civil-militar e as consequências tomadas em relação a memória e justiça perante os atos de violação dos Direitos Humanos. Com a denominação “c”, de uma contextualização de um aspecto regional na habilidade, o objetivo é identificado na habilidade EF09HI19 da BNCC para a 9ª série, se delimitando em



“identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos” (BRASIL, 2018, p. 431).

O CREP insere o objetivo dentro da unidade temática “Modernização, ditadura civil militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, na qual os objetos de conhecimento se permeiam em “Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil militar e os processos de resistência. As questões indígena e negra e a ditadura”, com os conteúdos a serem desenvolvidos

Golpe de 1964 no contexto da Guerra Fria e Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). A contracultura, movimento negro, movimento feminista, movimento estudantil e suas reivindicações. Censura e liberdade de expressão no período ditatorial brasileiro. O Estado ditatorial e sua relação com populações marginalizadas, com destaque para negros e indígenas (PARANÁ, 2019, p. 51).

No início da década de 1960, a ditadura militar se configurou mediante a tradição militar oriunda da Segunda Guerra Mundial, influenciados por uma “defesa nacional” norte-americana. Dentro da Escola Superior de Guerra, se formou a doutrina de Segurança Nacional, que buscava eliminar os inimigos internos, ou seja, aqueles que se portavam contra o sistema vigente, desse modo

o comando militar se estruturava sobre pilares do autoritarismo e automeava-se salvador da democracia. O golpe se caracterizava como uma intervenção corretiva que se destinava a preservar valores democráticos. No entanto, essa aparência democrática era apenas teórica (PRIORI, 2012, p. 203).

Diante das colocações sobre o período, entende-se os processos de resistência, por meio das organizações e protestos, manifestações sociais, políticas artísticas e intelectuais que se permearam por esse campo. No entanto, o objetivo enfoca no contexto paranaense, sendo de maior destaque a operação Marumbi, que segundo Brunelo (2012), sob a responsabilidade do General Samuel Alves Correa, denotava a promessa à população do Estado do Paraná de zelar pela paz social e estabelecer clima de tranquilidade e ordem para a sociedade, novamente, se apresentando de forma teórica, sendo que na prática a Operação se constitui como forma de prender, condenar e torturar fisicamente e psicologicamente, civis paranaenses que lutavam com o intuito de contemplar a democracia e seus viés libertário.

O objetivo específico busca contextualizar um contexto ocorrido em âmbito

nacional, para dentro de uma temática regionalista, considerando as concepções de memória e justiça perante a violação dos Direitos Humanos. É importante ressaltar a importância dos direcionamentos para essas discussões, compreendendo os poucos respaldos que podem ser encontrados a respeito da Ditadura civil e militar no Estado do Paraná. Dentro do CREP, o objetivo se apresenta de forma a dialogar com as transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial e com as resistências apresentadas pela sociedade durante o período da ditadura civil-militar, com os mais variados movimentos de resistência que se originaram, a tal modo, ocorre a necessidade de darmos passagem para o próximo objetivo identificado na análise, sendo o quinto para a série do 9º ano, a fim de se discutir de forma complementar os dois objetivos.

O quinto objetivo, busca analisar as causas das violências para com as populações marginalizadas, com vista a uma construção de uma consciência e cultura de paz. Na sua nomenclatura se identifica a denominação “a”, incluindo orientações pedagógicas no aprofundamento, da habilidade EF09HI26 da BNCC, que procura “discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas” (BRASIL, 2018, p. 431).

Dentro do CREP, o objetivo específico ainda dentro da unidade temática “Modernização, ditadura civil militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, sendo os objetos de conhecimento definidos em

O processo de redemocratização. A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.). A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais. Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira. A questão da violência contra populações marginalizadas. O Brasil e suas relações internacionais na era da globalização (PARANÁ, 2019, p. 52).

Dividido com outros 05 objetivos, bem como os conteúdos

A redemocratização no Brasil: rupturas e permanências com relação ao período da ditadura civil-militar. A Lei de Anistia (1979) e o silenciamento do debate público sobre a ditadura civil-militar no Brasil. Abertura política e a redemocratização. A construção da Constituição de 1988. Os movimentos sociais na luta pela redemocratização do Brasil e na busca por direitos civis, políticos e sociais. Rupturas e permanências na condição das populações historicamente marginalizadas no período pós da redemocratização. O Brasil no contexto da Globalização (idem).

Os aspectos enfatizados através dos objetos de conhecimento e dos conteúdos

delimitados, dialogam com os do objetivo anterior, denotando a redemocratização do país, as consequências oriundas do período da Ditadura Militar e os silenciamentos que se constituíram, bem como a continuidade das condições das pessoas que historicamente foram sendo marginalizadas, mesmo após os protagonismos das lutas dos movimentos sociais que se consolidaram anterior e posteriormente ao movimento de redemocratização do país no final da década de 1980.

As violências com as pessoas marginalizadas na sociedade brasileira, enfoca para um contexto historicamente constituído que se faz presente na contemporaneidade, principalmente nas realidades vivenciadas pelos alunos, esses como sujeitos históricos integrantes da sociedade. A violência em nossa sociedade foi socialmente construída e estruturada na história, com o genocídio contra os indígenas, logo no início da colonização e com a escravidão de negros africanos, esses que foram por três séculos a mão-de-obra forçada da base econômica do país, para além da escravidão ter sido utilizada como instrumento de manutenção de poder e controle social.

Apesar dessa antecedência histórica, encontra-se os discursos das teorias raciais amplamente divulgados no país e as realidades permeadas pela falta de políticas públicas após a proclamação da abolição da escravidão e os contextos oriundos do período civil-militar, principalmente para determinados silenciamentos e esquecimentos para com os acontecimentos de violência. A gama permitida por esses antecedentes, sendo analisados e discutidos nos objetivos anteriores, resultaram e resultam nas causas estruturais e históricas que são vivenciadas por esses povos marginalizados na atualidade. Discuti-los de forma crítica dentro do ensino de história, permitindo a problematização, exploração e fomentação de análises perante os alunos, conseqüentemente, adentra na objetificação indicada pelo objetivo, sendo a tomada de consciência e a constituição de uma cultura de paz. Acredita-se que para esse objetivo em questão, a interligação do regional para com a História total não se resulta apenas nos conteúdos que devem ser abordados e discutidos, principalmente para a ênfase na contemporaneidade, mas, sim, para as vivências históricas e sociais que os alunos presentes nos bancos escolares trazem em suas bagagens vividas e constituídas por suas relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Dessa forma, o trabalho docente ao interligar o objetivo anterior e esse em específico, deve procurar dialogar passado e presente, integrando a vivência do aluno à vivência nacional.

O sexto e último objetivo, o PR. EFO9HI28. a. 9.30, denota as consequências

e influências da Guerra Fria no contexto paranaense, nacional e mundial. A habilidade que pôde ser identificada dentro da BNCC é a EF09HI28, que busca “identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses” (BRASIL, 2018, p. 433), sendo que o objetivo possui a denominação “a” em sua nomenclatura, em que se faz presente a inclusão de orientações pedagógicas.

Incluída dentro da unidade temática “A história recente” com os objetos de conhecimento “A Guerra Fria: confrontos de dois modelos políticos. A Revolução Chinesa e as tensões entre China e Rússia. A Revolução Cubana e as tensões entre Estados Unidos da América e Cuba” (PARANÁ, 2019, p. 53), possui os seguintes conteúdos delimitados “Os Estados Unidos e a União Soviética durante a Guerra Fria, Revolução Chinesa, O socialismo na China, Guerra da Coreia, Revolução Cubana, Guerra do Vietnã” (idem).

Compreende-se que o contexto da Guerra Fria se deu pelo embate entre duas potências mundiais que despertaram com o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo os Estados Unidos e a União Soviética, ou capitalismo e socialismo, resultando em uma polarização mundial, sendo um conflito de caráter meramente ideológico, ou seja, sem combate militar, mesmo com um armamento com alto potencial bélico desenvolvido mediante o conflito da Segunda Guerra Mundial.

As consequências e influências da Guerra Fria no Brasil se dá pela interferência política, principalmente pelos Estados Unidos no golpe de Estado de 1964, visto que a polarização levantada pelo conflito causava a incessante busca pela constituição de uma hegemonia ideológica e política no globo. Contudo, a democracia e a radicalização social que João Goulart promovia no Brasil, não se alinhava ao posicionamento socialista, este que os Estados Unidos temiam. De tal modo, os contextos sociais e políticos que penetraram na segunda metade do século XX, no contexto paranaense e no contexto mundial, seguiram alinhados a essa lógica do embate das duas potências.

Analisando a inclusão desse aprofundamento dentro dos objetivos do CREP, primeiramente, elenca-se para a interligação proposta, porém, observando a presença do objetivo em si, mediante aos que são propostos, denota-se certa desordem. O objetivo anterior ao específico, procura apresentar a discussão dos conteúdos sobre permanências e mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas ocorridas no Brasil a partir da década de 1990, com a inclusão do país em um cenário de

globalização. O objetivo posterior, por sua vez, busca problematizar as experiências ditatoriais vivenciadas na América Latina, os vínculos em nível nacional e internacional e os movimentos de resistências.

A Guerra Fria se consolida no período final da década de 1940 até o início da década de 1990. No entanto, o objetivo que antecede a discussão e o trabalho permeado pelo sexto objetivo específico identificado com a temática da História do Paraná, se apresenta de forma desconexa, considerando as polaridades existentes entre o início da globalização e os fundamentos práticos e básicos que constituíram a Guerra Fria. O trabalho docente do professor em sala de aula, mediante o objetivo, pode caminhar pelas possibilidades de abordagem do conteúdo de maneira nacional e regional, considerando que tendências de ensino sobre a História Recente pode contextualizar os cenários das consequências, seja da Primeira Guerra ou Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, como contextos isolados de acontecimentos que não envolvem a discussão pertinente do Brasil nesse cenário ou as influências consequentes.

### 3 CONCLUSÃO

Com os apontamentos e alargamentos dentro do campo da historiografia possibilitados pela Escola dos Annales e a introdução de novos objetos de estudos mediante a terceira geração na segunda metade do século XX, a História Regional despontou como nova possibilidade de trabalho historiográfico, denotando aspectos antes ignorados e esquecidos e, assim, assumindo um elo de proximidade com o ensino de História menos tradicionalista, considerando as determinações de que um ensino de História interligado com o regional, possa estar aproximando o aluno, suas bagagens e compreensões históricas e cotidianas com a disciplina, considerando o aluno em sua totalidade, como sujeito atuante e inserido em uma determinada periodicidade com antecedentes de outrem. Dessa forma, mesmo que as abordagens tradicionalistas foram influentes formadoras do ensino de História no Brasil ao longo dos anos, uma abordagem crítica, reflexiva e transformadora da disciplina começa ganhar espaço dentro das salas de aula na contemporaneidade.

A intencionalidade desse trabalho buscou compreender e analisar a presença da temática da História Regional dentro do ensino de História na atualidade, delimitado pelo objeto de Estudo sobre a História do Paraná e como está amparado pela concepção curricular e disciplinar apresentada pelo documento estadual elaborado em 2019 pelo Governo do Estado do Paraná, o CREP – Currículo da Rede Estadual Paranaense, em concomitância à BNCC – Base Nacional Comum Curricular, aprovada pelo Governo Federal em 2018.

Analisando os objetivos identificados, de uma forma geral, é possível identificar a presença da História Regional dentro do componente disciplinar de História, mas quando observado esses objetivos de maneira mais aprofundada, mediante as definições dos trabalhos direcionados para cada série/ano específico dos anos finais do Ensino Fundamental, é perceptível a presença significativa de alguns conteúdos perante os objetivos e os deslocamentos de outros.

Como apontado na análise do objetivo identificado para o 6º ano, com dois objetivos com a temática da História Regional dentre os 26 que foram definidos pelo documento, direcionando para um estudo sobre a temática pré-histórica, foi possível constatar a abordagem errônea apontada pelo segundo objetivo, identificado pelo viés do objeto de estudo adotado para fins de análise nesse trabalho. Mesmo que uma visão despercebida possa se passar em relação ao objetivo, que tende visibilizar a

existência dos povos indígenas que habitaram o território brasileiro e paranaense antes do “descobrimento”, ao se referir com o termo “pré-colombianos” e não pré-cabralinos, denota as possibilidades de um trabalho descompassado para com aquele que se espera diante dos apontamentos dos estudos históricos, principalmente através da implementação de um currículo estadual.

Em relação ao objetivo identificado para a série do 7º ano, sendo apenas um, ocorre a transição de uma concepção da pré-história ou período antecedente ao descobrimento para o movimento tropeiro no contexto paranaense, principalmente como influência no povoamento do território. Como delimitado na análise, pode-se elencar duas intencionalidades para o trabalho com o conteúdo em específico, sendo a primeira a partir da perspectiva errônea de se pensar o povoamento de algumas regiões somente a partir dos Tropeiros e a segunda perspectiva que coloca o movimento como processo de continuidade de civilização, alargando rotas e áreas de povoamentos. O que atenta para os conteúdos que são definidos para a série é a não presença a respeito da Mineração no século XVII e que se fez presente na Capitania de São Vicente, que viria se tornar o Paraná, considerando as delimitações sobre os conteúdos elencados para a discussão de uma História do Brasil Colonial, resultando, nesse salto de grande escala entre um conteúdo dentro de uma perspectiva da História Regional do Paraná e outro da mesma temática.

Com relação ao 8º e 9º, como demonstrado no trabalho, é perceptível uma presença notória dos objetivos em relação a História Regional. Sobre os objetivos do 8º ano, ocorre a presença de 37 de uma forma geral para o componente curricular de História e, dentre esses, 7 delimitam a temática de uma História Regional do Paraná. Sendo que esses conteúdos abordam e procuram incluir discussões de temáticas diversas, como o processo histórico da produção da erva-mate, a emancipação política do Paraná, o uso e o legado da mão-de-obra escrava e a manutenção dessas pessoas nesse regime de trabalho, os processos migratórios relacionados com as teorias raciais e o processo de branqueamento da população, e, as relações com os indígenas mediante as políticas do Período Imperial.

Apesar de pertinentes para o ensino de História, principalmente se considerarmos os campos de estudo alargados pela terceira geração dos Annales, é possível encontrar deslocamentos com a inserção de alguns desses objetivos, tal como demonstrado e analisado no trabalho em questão. Sendo o deslocamento representado pelo emprego de um objetivo que busca adentrar no primórdio do

processo de industrialização do Paraná, por intermédio da produção ervateira, sem anteriormente preparar a inserção de um contexto mais geral sobre a introdução da industrialização, apresentando assim, unicamente o contexto regional, sendo o mesmo amparado tanto anteriormente, como posteriormente no documento, por conteúdos que retratam acontecimentos europeus, como a Revolução Gloriosa, Revoluções Inglesas, Revolução Francesa e Era Napoleônica. Apesar desse fator, o objetivo prepara o “campo de trabalho” para o próximo objetivo específico, relacionando as mudanças econômicas como aportes fundamentais para as mudanças políticas e, assim, estabelecendo interligações entre o regional e o nacional, favorecendo o ensino de História na integralidade.

Os objetivos apontados para o 9º ano, de 39 apenas 6 se consideram objetivos mais específicos sobre a temática regionalista. Os conteúdos se permeiam em discutir aspectos contemporâneos, como os movimentos messiânicos, os processos ocorridos em decorrência do capitalismo e das guerras mundiais, a ditadura civil-militar e as consequências das violências para com as pessoas marginalizadas. Enfoca-se para as intencionalidades apresentadas, que caracterizaram, novamente, o que foi demonstrado nos objetivos das séries anteriores, como complementos e deslocamentos, sendo esse último definido por discussões de conteúdo sem aportes que complementarizariam ou justificariam tais discussões no ensino de História. Caso que foi apresentado na análise, a respeito do segundo objetivo delimitados para o 9º ano, onde busca-se compreender e refletir as consequências da Primeira Guerra Mundial, sem antes destacar conteúdos sobre a presença da cafeicultura no estado, sendo essa a consequência mais efetiva, o mesmo ocorre sobre as discussões acerca do terceiro objetivo.

Em fins conclusivos, os resultados apresentados diante da análise feita a partir do documento do Currículo da Rede Estadual Paranaense – CREP, que foram demonstrados ao longo do corpo constitutivo desse trabalho e, novamente elencados em síntese, é possível identificar as intencionalidades de um trabalho com um ensino de História que interligue os aspectos fundamentais de uma História Regional mediante os conteúdos apresentados de uma História Total, sendo apresentado como objetivo desse trabalho, essas relações e correlações existentes, bem como seus fundamentos e aportes teóricos e metodológicos. No entanto, não é possível ignorar as presenças deslocadas e as inexistências de conteúdos primais para o desenvolvimento de um trabalho que preze pela valorização e constituição de uma



formação histórica em sua integralidade, como apontado anteriormente, as discussões a respeito da presença mineradora na região do Paraná, a cafeicultura interligada com os processos sociais, econômicos e políticos, a Revolta Camponesa de Porecatu e a revolta dos posseiros na década de 1950 e as discussões a respeito do Território Federal do Iguazu. Apesar dos objetivos específicos identificados se mostrarem pertinentes para a valorização da temática regionalista dentro do ensino de História, os desfalques, os deslocamentos e as abordagens errôneas de determinados conceitos, podem contribuir para uma defasagem a respeito das discussões e formações históricas, mesmo que não seja a real intencionalidade do docente, impossibilitando uma aproximação da disciplina com a relação retórica do regional com o total e do presente com o passado.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, J. D'. A. **O campo da História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- BARROS, J. D'. A. História, Espaço e Tempo: Interações Necessárias. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, 2006. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000200012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000200012&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 2 jun. 2020
- BARROS, J. D'. A. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do movimento. **História em Reflexão**, Dourados, v. 4 n. 8, p. 01-29, jul./dez. 2010. Disponível em: < <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/953/588> >. Acesso em: 24 jul. 2020.
- BITTENCOURT, C. F. Reflexões sobre o ensino de História. **Estud. av.**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 127-149, ago. 2018 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142018000200127&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200127&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. Brasiliense, 1984.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)
- BURKE, P. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. 2 ed. São Paulo: Universidade Paulista, 1992.
- CAIMI, F. E. Escola Nova e Ensino de História no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2005, Londrina. **Anais eletrônicos ...** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/upload/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206571\\_17c2cc8f6c783c7a3e673248fdda442f.pdf](https://anpuh.org.br/upload/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206571_17c2cc8f6c783c7a3e673248fdda442f.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- CERRI, L. F. Regionalismo e ensino de História. **Revista de História Regional**, n. 1, v. 1, p. 135-143, 2007. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2020>> . Acesso em: 13 jul. 2020.
- CORRÊA, A. R. P. História local e micro-história: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS**, n. 146, p. 11-27, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/57504/34506>> . Acesso em: 1 jun. 2020.
- FIORE, S. História Regional: interdisciplinaridade e identidade regional. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 12, n. 1, nov. 2013. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/3658>> . Acesso em: 1 jun. 2020.
- FREIRE, P. R. **Pedagogia da Autonomia**. 55. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GUILHERME, C. A. Por uma história regional: história oral e outros tipos de fontes.

**Oralidades**, ano 6, n. 11, p. 117-132, jun. 2012. Disponível em: <<http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/2019-09/Oralidades%2011.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2020.

GUTIÉRREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/his/v25n1/a05v25n1.pdf>> . Acesso em: 10 mar. 2021.

JUNGBLUT, C. A. **História Regional**. Indaial: Uniasselvi, 2011.

KARNAL, L. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LE GOFF, J. **História Nova**. Campinas: Ed. da UNICAMP. 2001.

LUCHESE, T. A. Modos de Fazer História da Educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**. Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145-161, maio/ago 2014. Disponível em: <[MARTINS, R. \*\*História do Paraná\*\*. Coleção Farol do Saber. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592014000200009&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=LUCHESE%2C%20Terciane%20%20C3%82ngela.,Hist.&text=No%20presente%20texto%20est%C3%A3o%20sistemizadas,com%20%20C3%AAfase%20em%20termas%20regionais.> https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592014000200009&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=LUCHESE%2C%20Terciane%20%20C3%82ngela.,Hist.&text=No%20presente%20texto%20est%C3%A3o%20sistemizadas,com%20%20C3%AAfase%20em%20termas%20regionais.></a>> Acesso em: 12 jan. 2021.</p>
</div>
<div data-bbox=)

NASCIMENTO, T. R.; SANTOS, B. B. M. D. O ensino de estudos sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1980). **História e Perspectivas**. Uberlândia, p. 145-178, jan/jun 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32771>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PAIM, E. A. ; PICOLLI, V. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. **História e Ensino**, Londrina, v. 13, p. 107-126, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11647>> Acesso em: 3 de abril de 2020.

PAIVA, W. A. O legado dos jesuítas na educação brasileira. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 201-222, 2015. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982015000400201](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982015000400201)> . Acesso em: 08 jun. 2020.

PARANÁ. Secretaria do Estado de Educação. **Currículo da Rede Estadual Paranaense**. Curitiba, 2019. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/crep\\_2020/historia\\_curriculo\\_rede\\_estadual\\_paranaense\\_diagramado.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/crep_2020/historia_curriculo_rede_estadual_paranaense_diagramado.pdf)

PARANÁ. **Lei ordinária nº 13.381**, de 18 de dezembro de 2001. Torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos da disciplina História do Paraná. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei->

ordinaria-n-13381-2001-parana-torna-obrigatorio-no-ensino-fundamental-e-medio-da-rede-publica-estadual-de-ensino-conteudos-da-disciplina-historia-do-parana> . Acesso em: 15 de jul. 2020.

PRIORI, A. **História do Paraná (séculos XIX e XX)**. Maringá: Eduem, 2012.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Editora Autores Associados, 2013.

SCHMIDT, M. A. M. S. Manuais de didática da história destinados à formação de professores e a constituição do código disciplinar da história no Brasil: 1935-1952. **História**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 126-143, ago/dez 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/his/v30n2/a07v30n2.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SILVA, L. C. B. A importância do estudo de História Regional e Local na Educação Básica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. **Anais eletrônicos ...** Londrina: ANPUH, 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415\\_ARQUIVO\\_Artigo-HistoriaRegional\\_NATAL\\_.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415_ARQUIVO_Artigo-HistoriaRegional_NATAL_.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2021.

STOCKMANN, J. Colonização e integração Kaingang na sociedade paranaense. **Analecta**, Guarapuava, v. 2, n. 1, p. 123-138, jan./jun. 2001. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/novembro2011/geografia\\_artigos/7art\\_colonizacao\\_kaingang\\_pr.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/novembro2011/geografia_artigos/7art_colonizacao_kaingang_pr.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2021.